

proposta nº24

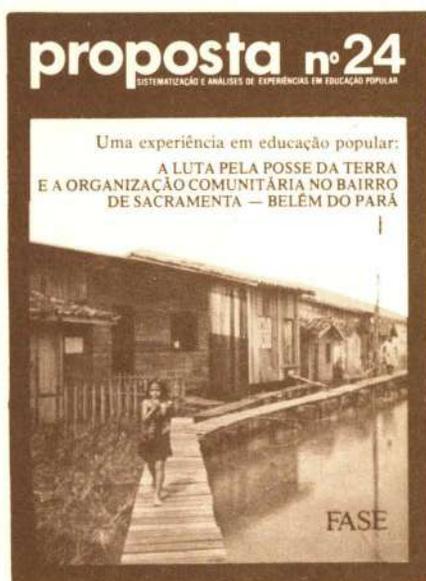
SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

Uma experiência em educação popular:

A LUTA PELA POSSE DA TERRA
E A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO BAIRRO
DE SACRAMENTA — BELÉM DO PARÁ



FASE



SETEMBRO 1984 Nº 24

PROPOSTA — Publicação de circulação interna da FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Coordenador Nacional: Jorge Eduardo Saavedra Durão

Coordenador Nacional Adjunto: Jean Pierre Leroy

Secretária de Redação: Ziléa Reznik

Equipe responsável: FASE/Belém

Capa, Diagramação: ARGS

Redação final e organização: Paulo Roberto de Araújo Abrantes

Registro na Divisão de Censura
 de Divisões Públicas do DF — 2.224 — P.209/73.

Apresentação	pág 1
Introdução	pág 2
A caracterização sócio-política econômica do local	pág 3
O movimento inicial da assessoria	pág 5
Do encaminhamento do projeto-lei à 1ª vitória do movimento	pág 8
O controle popular sobre as atividades da Companhia de Desenvolvimento Metropolitano (CODEM)	pág 11
Perspectivas do trabalho	pág 14
Cronologia dos principais fatos	pág 16
Povo organizado conquista terra na antiga área de ferro costa no bairro de Sacramento	pág 17
Pelo Direito de morar	pág. 38

APRESENTAÇÃO

Iniciamos com este caderno, a divulgação das experiências mais significativas na área de Educação Popular, da qual temos participado nos últimos anos, em várias regiões do país.

Desejamos atenuar duas das lacunas mais gritantes e sentidas por todos os que trabalham na assessoria educativa aos movimentos sociais: a ausência de registro dessas experiências e a falta de intercâmbio entre as mesmas.

Apesar das especificidades regionais, a amplitude nacional das questões com as quais os movimentos populares se confrontam, demandam, inadiavelmente, a socialização dos saberes acumulados pelas diversas instituições envolvidas neste tipo de prática.

A maior articulação dessas experiências depende em muito, da criação de instrumentos e canais de comunicação, através dos quais se efetue a troca dos conhecimentos produzidos nessas lutas.

É esse o sentido mais profundo dessas publicações que estamos começando a realizar.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é sistematizar a luta dos moradores pela legalização da posse da terra na antiga área de Ferro Costa, no bairro de Sacramenta, em Belém do Pará.

De imediato, esperamos que ele venha a contribuir para a luta que lideranças e moradores desta área, ainda travam, pois, embora prometido pelas autoridades, a imensa maioria não obteve, definitivamente o título de posse da terra.

A discussão deste trabalho ajudará aos assessores e lideranças a rever a luta, a reconstruí-la, o que é fundamental para que se responda às questões do momento presente. Acreditamos, inclusive, que seja este o objetivo de toda sistematização de experiências: sistematizar, relendo e recriando o já feito, para melhor continuar fazendo. Antes de ser o enquadramento de um passado morto, pretendemos deflagrar discussões que contribuam para o andamento da luta, hoje. Assim, essa sistematização só ganhará vida, na medida em que seja debatida criticamente.

A relação da organização comunitária com as instituições estatais; o papel e a natureza do trabalho de assessoria; a organização popular nos vários níveis; as atividades de capacitação das lideranças e outros temas que são abordados neste texto, de uma maneira ou de outra, são algumas das questões que continuam vivamente presentes.

Exatamente porque qualquer esforço de sistematização só se dinamiza no interior do debate, não falando por si só, é que esta é *uma* das sistematizações desta luta e não *A* sistematização.

Possui limitações determinadas pelas condi-

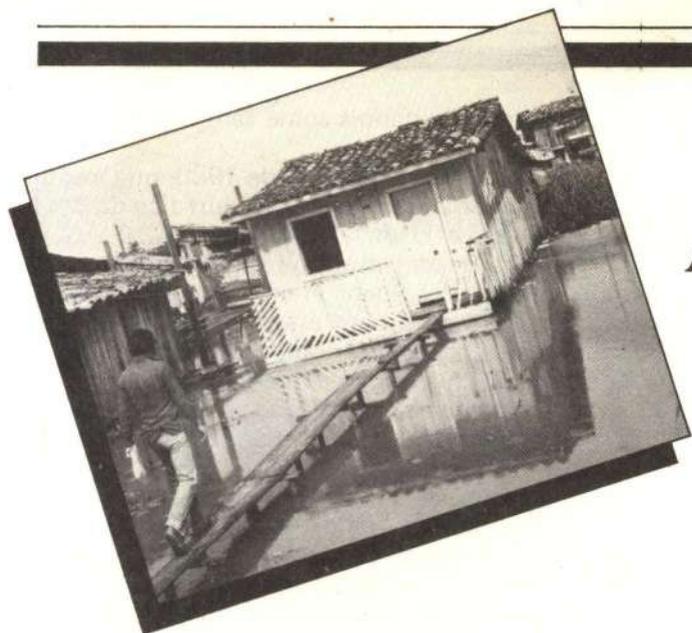
ções como foi realizada, dentre as quais ressaltamos a ausência da colaboração direta das lideranças e moradores neste processo de sistematização. Eis mais um forte motivo, para não considerarmos essa versão da história como sendo definitiva e acabada, mas sim, um instrumento de discussão a mais, elaborado pelos técnicos de nossa instituição. Utilizamos para tanto, de todo o material produzido no decorrer da luta, e de algumas avaliações que já haviam sido produzidas pela nossa equipe de Belém.

Constam ainda do caderno, 3 anexos que supomos importantes.

Primeiro, uma cronologia dos fatos, que visa destacar os principais episódios, datas e períodos da luta, facilitando, portanto, a leitura do texto corrido.

Um segundo, "Ganhamos uma batalha, Venceremos a guerra!", que retrata um momento de euforia e preocupação. Euforia pela vitória que tinha sido obtida e preocupação pela necessidade de resgatar a história da luta de tal forma que os moradores e seus representantes consolidassem suas conquistas.

E, finalmente, um terceiro documento, "Pelo Direito de Morar", cartilha produzida pela Comissão de Bairros de Belém (CBB), com o nosso acompanhamento, em abril de 1980. Embora nesta época houvesse pouca articulação dos grupos comunitários da área em questão com a CBB, achamos importante a inclusão deste documento no caderno. É ilustrativo da atmosfera de conflito que acirrava-se em vários bairros de Belém em torno da luta pela legalização da posse da terra.



A CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA ECONÔMICA DO LOCAL

A área em que atuamos situada na Primeira Léngua Patrimonial desta cidade, perto do centro e, no entanto, com características típicas de "zona periférica". Até uns 20 anos atrás, tratava-se de um desses alagados totalmente inabitáveis, como tantos outros espalhados pelo Norte do País.

O desenvolvimento social perverso que observamos nas últimas décadas, jogou os mais variados setores da população brasileira para a periferia.

Para a periferia do sistema político, para a periferia do sistema econômico concentrador de capital, para a periferia das políticas sociais elitistas, e para a periferia das grandes cidades.

Estas sofreram um enchimento enorme. Realizaram-se sem nenhuma atenção do poder público, apenas, isto sim, seguindo à risca, a lei do mercado imobiliário e a lógica desumana da supervalorização da terra. O resultado são cidades com uma urbanização desigual e inaceitável, tal qual a sociedade em que vivemos.

Lavradores expulsos das suas terras pela implantação crescente de grandes empresas e fazendas agropecuárias na Região Norte nos últimos anos; populações inteiras migradas de cidades que se tornaram "zonas de segurança nacional" para que projetos irracionais e megalomaníacos fossem criados; a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores da cidade; o alto índice de subemprego e desemprego; enfim, todas essas distorções sociais que vimos agravar a níveis insu-

portáveis a vida dos trabalhadores da cidade e do campo em nosso país, jogaram para a periferia, para os alagados, vastos setores populacionais.

Neste caso particular, esta baixada que já foi conhecida por "bairro selvagem", pouco a pouco, com o próprio esforço de seus moradores — operários da construção civil, autônomos de "múltipla profissão", empregados domésticos, empregados de pequenas fábricas existentes nas redondezas e, em menor escala, funcionários públicos, pequenos comerciantes e tantos outros — foi sendo limpa, aterrada e recebendo um tratamento que a transformou em bairro. As casas, as pequenas pontes, as vias de acessos, uma escola comunitária foram sendo construídas sem nenhum subsídio público.

Naturalmente que esse descaso do poder público, que se interessa apenas em investir nos espaços valorizados das regiões urbanas, resulta, apesar de todos os esforços dos trabalhadores que acorreram e acorrem a essas áreas, em bairros com péssimas condições de habitação. A infra-estrutura é precaríssima, com graves problemas de saneamento, de ausência de assistência médica e educacional, sem falar na violência policial que é muito comum nestes locais.

Durante esses anos todos lutando para superar essas carências básicas, o povo local foi criando laços de solidariedade, organizando-se, transitoriamente ou não, realizando mutirões que, gradativamente, foram transformando uma terra inóspita em terra de valor.

Contudo, as 3.000 famílias que vêm ocu-

pando a área há mais de 20 anos, por não possuírem a propriedade da terra, eram permanentemente ameaçadas de despejo, ou, compelidas a fazerem pagamentos exorbitantes. A luta pela permanência no local, a resistência ao latifundiário desta área, Ferro Costa, já vinha, portanto, se processando há algum tempo. Cada família resistia como podia; uns, terminavam por ceder, outros, não. As investidas eram realizadas por toda sorte de exploradores do povo, advogados sem caráter algum, políticos e trambiqueiros que procuravam extorquir a população baseados no fato de estes serem posseiros urbanos.

No decorrer de 1979/80 essa pressão intensificou-se e sofisticou-se a ponto de F. Costa contratar um escritório imobiliário para obrigar os moradores a pagarem taxas, ou despejá-los.

O conflito acirra-se e grupos da área resolvem defender-se mais organizadamente, inclusive buscando apoio na Pastoral da Igreja Católica que atuava e atua numa área mais ampla, da qual, esta onde iremos intervir, faz parte.

Estimulados pelos agentes pastorais, alguns moradores resolvem visitar todas as casas da área, fazer reuniões para discutir este problema em todas as ruas e passagens (vias de ligação entre palafitas) e, quando necessário, grandes Assembléias. Desse processo resultou como saldo organizativo, uma Comissão de Moradores encarregada de tratar e liderar o encaminhamento desta luta, que se tornou o foco central da mobilização no local.

Simultaneamente, contratou-se um advogado para tratar do problema no plano jurídico. A indagação "quem tem juridicamente razão?" era uma questão chave para os moradores. Esse advogado, porém, tem uma postura péssima: faz

mil promessas e depois some sem maiores explicações.

É neste momento, fins de 1980, que a equipe pastoral solicita a assessoria jurídica disponível na nossa entidade.

Antes de encerrarmos este item, gostaríamos de destacar, para efeito de contextualização, que muito embora esta luta tenha se desenvolvido neste período isoladamente, isto é, as contradições que a moviam eram de ordem estritamente localizada, a nível da cidade de Belém já havia existido algumas manifestações significativas em torno da questão da legalização da posse da terra.

A campanha "Pelo direito de Morar", lançada a 1º de março de 1979 pela CBB — que por essa época encontrava-se na sua fase embrionária de organização — e apoiada por diversas entidades da sociedade civil belenense, assim como o 1º Ato Público Pela Luta da Terra realizado em 28/5/79, dão idéias da atmosfera de pressão levada a efeito pelo movimento popular. Obviamente, procurando evitar mistificações, esses eram apenas passos iniciais de mobilização e organização do povo, mas que já revelavam certas possibilidades de ação popular, dados pela conjuntura que se iniciava e que inexistiam em épocas imediatamente anteriores.

A aguda crise sócio-econômica, a total falta de legitimidade política dos governantes, certas divergências no bloco socialmente dominante, e outros elementos caracterizadores daquela conjuntura, criaram espaço para manifestações de resistência, mesmo em *bairros* que ainda não possuíam organizações estáveis e atuantes, ou qualquer tipo de articulação com essas mobilizações mais abrangentes.



O MOVIMENTO INICIAL DA ASSESSORIA

Dinâmica interna e proposições de nossa equipe

Quando fomos convidados a prestar assessoria a este bairro, em fins de 80 e início de 81, nossa equipe dividia sua ação em, basicamente, dois campos sociais: um, ligado ao movimento operário onde intervínhamos junto a categorias de trabalhadores — construção civil, comércio e outras entidades sindicais — num trabalho de acompanhamento direto, quer preparando encontros ou participando de eleições sindicais, quer, produzindo recursos pedagógicos que subsidiassem a luta dos trabalhadores; o segundo, no interior das organizações de bairro, que chamamos de área popular, e que por essa época tinham dois focos de atenção: a questão da educação e a luta pelo direito de morar.

Nossa equipe de caráter inter-disciplinar é composta de pessoas que possuem uma certa intimidade com os diversos movimentos sociais de Belém, na medida em que todos, ou já tinham tido uma militância direta nesses movimentos, ou a estavam tendo. Esse foi um dos critérios de formação desse grupo de trabalho que reúne profissionais de área de comunicação social, direito, ciências sociais, economia política, educação e outras, todos se articulando em torno de um trabalho de assessoria direta ao movimento popular.

A perspectiva global de nosso trabalho educativo tem se norteado pelos seguintes princípios:

- O trabalho educativo deve situar-se dentro de um projeto de transformação real de nossa so-

cidade, de acordo com o interesse dos setores oprimidos;

- a elevação do nível de consciência e de organização popular que, de fato, expresse um novo poder, são finalidades permanentemente presentes em nossa ação;
- essa ação deve ser construída a partir de reflexões que estimulem, constantemente, a capacidade crítica do movimento popular, constituindo-se, dessa maneira, em sua linha auxiliar. A ação educativa, embora comprometida com o movimento popular, não o substitui;
- a perspectiva desses movimentos, para nós, deve ser de representatividade pela base, independência em relação ao estado burguês e autonomia face aos partidos políticos e quaisquer outras instituições.

Assim, quando fomos convidados a prestar assessoria a este bairro, tivemos algumas discussões que nos levaram a crer que este trabalho poderia ajustar-se às nossas perspectivas.

Não só porque satisfazia os objetivos estratégicos de nossa entidade, mas também, pelo fato de que correspondia a alguns critérios que considerávamos importantes: situava-se próximo a outras áreas semelhantes, o que facilitaria o efeito multiplicador de nossos esforços; a problemática da terra era central, existindo constantes conflitos tanto com o governo, quanto com proprietários particulares; já existia um trabalho comunitário em andamento, realizado por setores da pastoral popular da Igreja e, por últi-

mo, situava-se em áreas da Primeira Léguas Patrimonial do município, onde habitavam e habitam em péssimas condições de vida vastos setores populacionais. Mais ainda, nesses locais concentravam-se e concentram-se ainda vários projetos ligados ao governo federal — PROMORAR, PRO-DASEC, MOBIL/ACÇÃO COMUNITÁRIA, PROJETO RONDON, e outros.

PRIMEIRAS ATIVIDADES E DILEMAS DO NOSSO TRABALHO

O convite para assessorarmos juridicamente essa luta pelo direito de morar, reacendeu entre nossa equipe questionamentos sobre os objetivos desse tipo de trabalho. Em experiências anteriores, o trabalho jurídico, quase sempre, reforçava as aspirações legalistas do povo, da mesma forma que a presença do advogado imobilizava a iniciativa popular, contrariando, assim, uma diretriz básica de nossa intervenção, qual seja, a do fortalecimento e autonomia dos movimentos populares.

Ao mesmo tempo, sabíamos impossível, simplesmente ignorar essa esfera da luta, principalmente tratando-se de uma questão ligada à propriedade da terra. Assim, optamos por aceitar o desafio, tendo claro que a assessoria deveria evitar que o trabalho jurídico substituísse a ação popular, ou que a luta fosse totalmente deslocada para esse plano.

A assessoria deveria tornar-se um momento a mais de conscientização: um instrumento e não uma finalidade em si. Ajudaria a população a desvendar a lógica das leis, a desmistificar o senso comum de que só os "doutores" podem opinar e entender desses assuntos. Dessas discussões internas à equipe, contou-se com a presença do advogado, que assim, ficou não só preparado para não alimentar a imagem de "salvador da pátria", como capacitou-se para executar o trabalho educativo de dissecar direitos de proprietário, direito do povo, legislação do solo urbano, direito pelo usucapião, a relatividade das interpretações da lei e outros termos técnicos, que pudessem fortalecer a resistência contra as investidas da imobiliária.

Essa foi a proposta que levamos para a equipe pastoral, para a Comissão de Moradores e que foi debatida e aceita em assembléia realizada na área.

Nesse período da luta, embora a movimentação ainda fosse tênue, já esboçava-se qual seria

a dinâmica da organização dos moradores e nossa relação com os mesmos, durante toda uma primeira fase do movimento. Mesmo já tendo sido formada a Comissão de Moradores, procurava-se manter as pequenas reuniões das ruas/passagens, assim como as Assembléias Gerais, em certos momentos. Esse esquema aos poucos foi-se constituindo no mais adequado para o movimento na área, na medida em que articulava o trabalho de direção da Comissão com as constantes discussões entre os pequenos grupos de moradores. Nossa assessoria, juntamente com a equipe pastoral, participava de todos os momentos e atividades mas, especialmente, junto à Comissão. Era aí que planejavamos, debatíamos e avaliávamos em maior profundidade, todos os passos da luta, juntamente com as lideranças comunitárias. Posteriormente, essas decisões eram levadas às reuniões das passagens e, quando era necessário tomar-se decisões de maior envergadura, convocava-se uma Assembléia Geral.

Por essa época, existiam na área do conflito 3 Centros Comunitários, que haviam sido criados pelos moradores, mas que estavam totalmente ausentes da luta pela legalização da posse da terra. Todo esse processo descrito até o momento, a própria Comissão de Moradores, foi feito independentemente dos Centros. À margem deste. O apoio mais forte que os moradores recebiam, sua principal referência, era a Igreja Paroquial. Mais à frente, voltaremos a esse assunto.

No decorrer dessas discussões surge a necessidade de se fazer um levantamento do processo de ocupação do local. A questão "quem, de fato, tem o direito destas terras?" é extremamente mobilizadora. É em busca desta e de outras respostas, que ajudariam os moradores a reconstituir suas trajetórias, a aprofundar seus direitos, enfim, a conquistar a confiança necessária para fazer avançar a luta, que se iniciou essa pesquisa, feita pelos próprios moradores, e que foi estimulada e sistematizada com a ajuda de nossa equipe.

A recuperação de todo o processo de ocupação da área desde a chegada dos primeiros moradores que desbravaram e drenaram a área, construíram pontes e redes de caminhos, casas e escolas, foi essencial para o esclarecimento da situação jurídica.

Forneceu subsídios para que uma perspectiva de compreensão da lei, a partir dos interesses dos moradores, pudesse ser elaborada. A idéia de DIREITO DO PROPRIETÁRIO pode-se opor a do DIREITO PELO SOLO CRIADO, que fundamenta-se, basicamente, no tempo de moradia e

no reconhecimento social dos investimentos em benfeitorias executados pelos moradores.

Para nós essa foi uma experiência importante. Já naquela época, pudemos confirmar nossa expectativa de que a combinação de atividades de pesquisa, de exploração de uma dada realidade, feitas simultaneamente, a um processo de mobilização, seria bastante eficaz do ponto de vista da conscientização dos moradores e dos educadores.

Esse levantamento participativo fortaleceu o potencial reivindicativo da população local, na medida em que enriqueceu o conhecimento de todos os que se envolveram em sua feitura e possibilitou, através da socialização de seus resultados, uma maior aproximação da comissão de representantes com o conjunto dos moradores.

Na verdade, percebemos que o saber popular expresso, naquele momento, através das mais variadas formas de ação, das observações feitas nas reuniões, das discussões e decisões tomadas no interior da luta, foi aprofundado com o levantamento histórico produzido. Por outro lado, do nosso ponto de vista, possibilitou-nos adequar nosso trabalho de assessoria àquela luta.

Após esse momento inicial — compreendido entre fins de 80 e fevereiro de 81 — que pode ser caracterizado como de consolidação da resistência às pressões da imobiliária, quando o trabalho de levantamento, pesquisa e conscientização dos direitos do povo foi efetuado, uma certa situação de impasse estabeleceu-se.

Nesse momento, de um lado, os moradores estavam decididos a não pagar as taxas, nem sair do local e, de outro, a imobiliária mantinha seu escritório dentro do próprio bairro. Sugerimos, então, após várias reuniões e assembléias, que se elaborasse um projeto-lei de desapropriação por interesse social. Este projeto foi feito e discutido

pelos moradores sob a nossa assessoria e enviado à Câmara Municipal no dia 11 de março de 1981. Para tanto, o material do levantamento foi de fundamental importância.

Se a pesquisa havia sido peça fundamental no período de resistência, esse projeto o foi no sentido da população passar à iniciativa das ações e ampliar o raio de sua luta.

No plano das nossas discussões de equipe, essa foi uma medida que colocou em foco o debate sobre os limites da nossa intervenção.

Em primeiro lugar, pela razão de que nossa assessoria, a partir desse momento, começava a ampliar-se para além da questão jurídica em seu sentido estrito. Nosso contato com a Comissão dos Moradores e nossa intimidade com as pessoas da área aumentavam, o que gerava uma gama maior de solicitações por parte da população.

A própria proposta do projeto-lei foi, em boa parte, consequência de nossa intervenção. Nas discussões da época, optamos por assumir nosso papel de educadores e, assim, incentivamos aberta e explicitamente para que se seguisse este caminho, que considerávamos o mais razoável. Acreditávamos que essa proposta criaria uma nova situação de luta, em que os moradores passariam a ter a iniciativa das ações, ao mesmo tempo que ampliariam seus espaços de denúncia e poderiam obter um maior apoio externo — outros bairros e entidades civis — às suas reivindicações. Sem dúvida, a apresentação de uma alternativa concreta à Câmara Municipal representou a abertura de novas possibilidades para a luta. A entrada ofensiva dos moradores no "campo da lei" com um projeto que os retiraria da incômoda situação de "invasores" foi uma ruptura com a situação de impasse que estava criada e colocou novas tarefas para todos.

DO ENCAMINHAMENTO DO PROJETO-LEI À 1ª VITÓRIA DO MOVIMENTO

Rápida cronologia dos fatos e algumas lições da luta

O período que se estende desde a entrega do projeto à Câmara Municipal — 11 de março de 1981 — até o dia do anúncio oficial da desapropriação da área pelo governo do Estado — 14 de outubro de 1981 —, é repleto de manifestações públicas e de mobilizações de toda natureza.

Essas ações reivindicatórias iniciam-se em um momento em que os moradores sentem-se confiantes e apoiados numa alternativa jurídica bem fundamentada — o projeto-lei — e que havia sido o fruto maior de todo um período de discussões e mobilizações internas ao bairro.

Assim, no dia 14 de maio, dois meses depois da entrega do projeto, mais de 200 moradores lotam as galerias da Câmara para assistir à sua votação. O projeto é aprovado e encaminhado ao Prefeito para que este realizasse a apreciação final.

Em 12 de junho, os moradores recebem a notícia de que o Prefeito havia vetado o projeto, o que desencadeou uma série de reuniões nas ruas e passagens do bairro. Decidiu-se, então, realizar no dia 30 do mesmo mês, um protesto em frente à Câmara Municipal, ocasião em que os vereadores estariam apreciando o veto do Prefeito. Essa manifestação foi marcada de incidentes com a polícia que impediu o acesso dos moradores às galerias da casa. Contudo, devido à pressão exercida, obteve-se a promessa de que tentar-se-ia negociar com o latifundiário Ferro Costa.

Diante da demora dos entendimentos para

a compra da área, os moradores resolveram voltar às ruas em protesto, só que desta vez participando da passeata PELO DIREITO DE MORAR, sob a direção da CBB, no dia 19 de setembro. Um total de 8.000 pessoas caminharam até o palácio do Governo, quando o Governador do Estado assegurou aos líderes comunitários, que as negociações para a compra do terreno do latifundiário estavam praticamente fechadas. Finalmente, no dia 14 de outubro, pela televisão, foi confirmada a desapropriação por interesse social.

Há em todo esse período uma rica aprendizagem dos moradores e de nossa equipe. Uma profunda educação política.

O contato direto, tanto com as autoridades governamentais, quanto com os parlamentares, colocou em evidência não só a relatividade das leis, como os limites da ação parlamentar. O corpo à corpo das lideranças com essas autoridades, possibilitou para os primeiros, uma certa desmistificação da figura do político e das "autoridades" em geral, capacitando-os, assim, para uma ação no campo institucional, mais firme e autônoma.

É por esse período também, com a aproximação de uma conjuntura eleitoral, mais precisamente, tendo em vista as eleições de 82, que diversos partidos políticos tentaram aparelhar e envolver essa movimentação que recém iniciava-se. O impacto destas práticas foi bastante forte, a ponto de termos debatido o assunto juntamente com a equipe pastoral e algumas lideranças, por diversas vezes. As conclusões a que chegamos, era de que deveríamos fazer todo o pos-

sível para manter a autonomia do movimento de tal modo que esse não viesse a ser manipulado pelos partidos, ou quaisquer "políticos" isolados e nenhuma outra instituição. Sabíamos também que o atrelamento das ações dos moradores a outros interesses, poderiam causar sérias divisões no interior da própria população, em particular entre as lideranças, desarticulando assim, a unidade e organização que estavam sendo construídas. Por outro lado, para os representantes dos moradores estes confrontos acrescentaram mais alguns elementos à sua experiência de luta, e que mais tarde se refletiriam nas discussões sobre as características que deveriam ter suas formas de organização.

Aliás, junto a essa experiência adquirida no campo institucional que acabamos de descrever, esse período plantou sementes importantes para a maior organização comunitária da área.

A participação nas manifestações da CBB, o contato mais intenso com setores mobilizados e organizados de Associações de outros bairros, o caráter definidor da pressão popular — para além dos esforços jurídicos — no desfecho da luta, repercutiu sobre a questão da organização comunitária, tanto entre os líderes locais, quanto, entre os membros da nossa equipe e da pastoral.

O AVANÇO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Ao mesmo tempo em que ocorriam todas essas manifestações, que deslocavam nossas energias para atividades diretamente ligadas à luta — preparação e avaliação dos atos públicos; assessoria à Comissão dos Moradores para o enfrentamento com os representantes do governo; incentivo à articulação com outros bairros, e várias outras solicitações — procurávamos desenvolver com os agentes pastorais uma reflexão sobre a organização interna dos moradores.

Existiam na área três Centros Comunitários construídos pela população no decorrer dos últimos 10 anos. Contudo, desde o início da luta pela legalização da posse da terra que esses Centros estavam omissos com relação a todo o processo, restringindo sua programação a atividades assistenciais como, Cursos em convênio com órgãos governamentais e o funcionamento regular de escolas comunitárias em suas dependências. Estavam longe de possuir um caráter combativo de defesa dos interesses dos moradores e, mais

longe ainda, de terem um funcionamento democrático, aberto à participação da população local.

Toda a mobilização da área, desde seu início, estava profundamente ligada ao apoio dado pelos agentes pastorais. Estes, não apenas estimularam reuniões, assembléias e a formação da Comissão, como deram todo o apoio infraestrutural necessário. Desta forma, a pastoral tornou-se forte referência para o povo e a problemática é inteiramente assumida por ela. Mais ainda: quase todas as lideranças do movimento haviam iniciado sua militância nesta Pastoral e, as dependências da Igreja sempre estiveram abertas à utilização do povo.

Começamos a refletir sobre essas coisas, exatamente, no período pós-entrega do projeto-lei, quando esperávamos uma resposta. Abril/maio de 81, o movimento em compasso de espera.

Procuramos discutir com o pessoal da Pastoral, confrontando nossos pensamentos, buscando fortalecer o movimento popular, como sempre fazíamos.

Embora, nos identificássemos com a mensagem emitida pela Igreja, achávamos que a luta popular deveria ter uma forma própria e mais permanente de organização. Uma referência para si que não fosse externa. Na verdade, por ter se tornado um forte referencial para a luta, o movimento dos moradores estava tornando-se "Movimento de Igreja".

Não sem tensões, obtivemos resultados produtivos com estes debates. Delimitamos melhor os papéis da equipe pastoral, o nosso, e, por conseguinte, do próprio movimento. Concluímos que era fundamental que no decorrer deste processo os moradores viessem a construir um referencial interior ao seu próprio meio, uma organização que tivesse bases próprias. Parecia-nos, também, que os Centros Comunitários eram potencialmente a forma organizativa mais ampla e enraizada na área.

Paralelamente ao desenvolvimento desse processo, sem que a equipe pastoral ou nossa assessoria tivesse tido qualquer influência, um grupo de moradores de uma das áreas onde localizava-se um dos Centros, resolve contestar as irregularidades da diretoria "pelega". Acusam-na de corrupta e de continuista na medida em que não convocavam eleições. Na verdade, tratava-se de um descontentamento de um grupo antigo de moradores contra outro, que estava passando dos limites nos desmandos da sua interminável gestão.

Esse grupo de moradores resolve procurar o apoio da pastoral e exige que sejam marcadas eleições. É dessa forma que inicia-se a confluência do processo espontâneo de insatisfação dos moradores dessa área ligada a um dos Centros Comunitários com um processo organizado que já estava em andamento e da qual participávamos. Na época, essa aproximação encaixava-se perfeitamente com as discussões que realizávamos, o que fez com que, após algumas discussões, viéssemos a apoiar a chapa de oposição. Esse apoio efetivou-se através de um amparo financeiro, para a confecção do material de propaganda, infra-estrutural, através do empréstimo do som para a campanha e da produção de um teatro de bonecos por diversas vezes apresentado, e, através da participação da assessoria nas reuniões de chapa, quando, ajudávamos a planejar e avaliar a campanha.

As eleições realizam-se pela primeira vez nesse Centro de uma forma democrática, com as chapas defendendo seus programas — a luta pela propriedade da terra fez parte do programa da nova chapa —, sendo atendidas todas as exigências de controle eleitoral e com a presença de mais de 1.000 pessoas que deram a vitória à oposição.

A partir daí inicia-se um processo de discussão intenso e polêmico com a nova diretoria, a respeito do que deveria ser um Centro Comunitário.

Se trata de um rico momento do nosso trabalho educativo. Tínhamos uma perspectiva que não satisfazia totalmente as lideranças do Centro. Estes, hesitavam em aceitar a proposta de um Centro reivindicatório em oposição a um de características assistencialistas.

Optamos por expor claramente nossas concepções, abrindo assim um debate sincero com o Centro. Na verdade, por estarmos ligados à luta da terra, existia todo um preconceito de radicalismo e subversão sobre nós. Mas não tratava-se apenas disto. Nas diversas reuniões realizadas, pudemos responder com clareza a todas as perguntas com que fomos questionados, estabelecendo, assim, gradativamente, um clima de confiança mútua.

Hoje em dia, podemos entender com mais limpidez, o processo de troca que se estabeleceu. Se, por um lado, o pessoal do centro abriu suas portas para os moradores realizarem reuniões de toda natureza — as próprias assembléias de luta pela conquista de terra — por outro, nós, fomos obrigados a entender o sentido e o peso de certas aspirações de uma considerável parcela da população ligada ao Centro, que exigiam a continuidade de certos programas do MOBREAL, do projeto Rondon e outros, cuja validade questionamos.

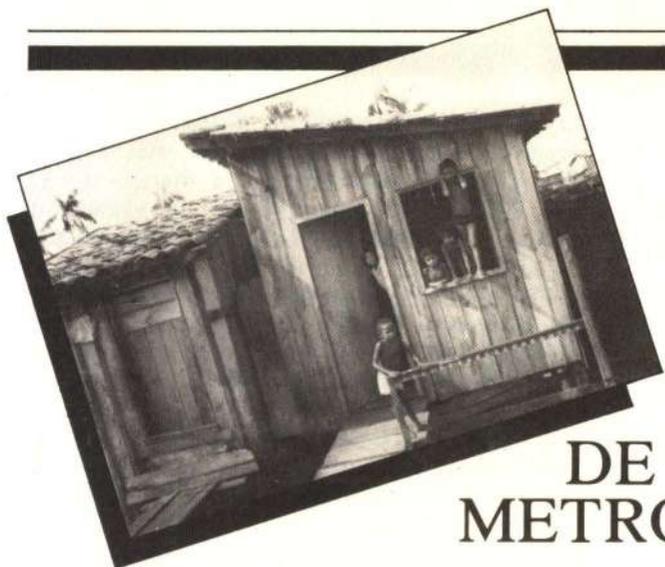
Algum tempo depois, em junho de 81, resolvemos fazer um seminário sobre "A Crise da Moradia" com o intuito das lideranças aprofundarem a discussão sobre o problema da terra. Já dessa atividade participaram não apenas os integrantes da Comissão de Moradores como alguns elementos do Centro Comunitário.

O seminário, organizado pela equipe pastoral, por nossa assessoria e por uma outra entidade de educação popular, teve a duração de cinco dias, quando discutimos os seguintes assuntos:

- Como funciona a sociedade
- As causas da crise
- As forças políticas e suas propostas
- O que é a crise da moradia
- Experiências de luta e a organização do povo.

O sentido maior dessa atividade foi de, num momento crucial da luta, junho de 81, termos criado condições para que as lideranças pudessem estreitar seus laços de solidariedade e aprofundar sua compreensão crítica sobre os fatos em que estavam diretamente envolvidos.

Sem dúvida alguma, toda essa fase de mobilizações descrita no início deste item e todas as atividades mais reflexivas, quer as discussões com a pastoral, quer os debates com os elementos do Centro, ou mesmo, o seminário sobre moradia, constituíram-se num momento de intensa integração à luta do povo do bairro e, por isso mesmo, de grande aprendizagem para nós.



O CONTROLE POPULAR SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO (CODEM)

Primeiros Momentos da Luta pelo Controle Popular

Após o anúncio, no dia 14 de outubro de 81, da desapropriação da área por interesse social, uma nova etapa da luta e, portanto, de nosso trabalho, iniciou-se. A desapropriação, conforme o anunciado, tinha sido feita a favor da CODEM que repassaria os lotes aos moradores, a preços acessíveis.

De imediato, iniciamos um processo de discussão com os membros da Comissão, com a equipe da pastoral e com os próprios moradores sobre essa nova etapa do movimento.

Nesse momento, nossa intervenção voltou-se para a deflagração de várias reuniões, onde procuraríamos entender como funcionavam essas empresas de capital misto; a que interesses serviam; como atuavam; que papel cumpriam os técnicos e de que forma poderíamos firmar um controle popular sobre esse processo.

Procuramos, inclusive, os companheiros de uma outra área, para que transmitissem sua experiência no contato com essas empresas. Esses moradores, tinham na sua luta pela terra para morar, enfrentado uma empresa semelhante e tinham sido, vergonhosamente, enganados pelos seus técnicos.

O resultado é que foram obrigados a morar longe da cidade, em casas mínimas, pagando prestações galopantes do BNH.

Essa troca de experiências, juntamente com todas as informações e dados que obtivemos sobre a CODEM, possibilitaram um confronto mais equilibrado entre os moradores e a empresa.

Após vários contatos da Comissão de Moradores com a direção da companhia, aceitou-se a realização de uma Assembléia no bairro, onde as propostas da CODEM seriam diretamente anunciadas aos moradores. O plano que foi apresentado e recusado por todos, foi:

- Cada caso seria tratado separadamente.
- A empresa faria um levantamento sócio-econômico e, a partir dele, proporcionalmente a renda familiar, estabeleceriam-se os valores das cotas de pagamento.
- Tudo seria tratado no escritório da empresa por seus técnicos.
- Depois de tudo já pago de acordo com os cálculos e controle da empresa, a área passaria para os moradores.

Nesse momento, de posse desta proposta, intensificamos nossas discussões. Na verdade, todos os esforços do nosso trabalho concentraram-se no desnudamento da empresa e seu plano. A questão educacional, deslocava-se assim, para o desvelamento deste poder.

Os diversos pontos da proposta da CODEM praticamente falavam por si e convergiam para uma só intenção: a divisão dos moradores.

Nas diversas reuniões com a Comissão e com os moradores, em suas ruas e passagens, concluiu-se que só a organização de todos impediria que as conquistas obtidas depois de tanta luta não fossem usurpadas. Para tanto, seria necessário que se apresentasse uma contra-proposta bem fundamentada. Decidiu-se, então, fazer um levantamento sócio-econômico. Este seria não

só a base para a elaboração de uma alternativa, como poderia transformar-se num instrumento de mobilização e de estímulo às discussões.

Assim, juntamente com a Comissão de Moradores, realizamos um formulário que procurava cruzar os seguintes dados, todos fundamentais para a construção de uma contra-proposta à companhia:

- salário mínimo x renda familiar
- renda familiar x necessidades vitais de sobrevivência
- direito de posse por tempo de moradia (Quanto tempo mora na área?)
- Direito do solo criado (O que se fez para transformar a baixada num bairro?)

Logo após, a aplicação do formulário foi feita casa por casa pelos representantes da rua sob a coordenação da Comissão de Moradores. Esse trabalho enfrentou diversas dificuldades. Desde a escassez de tempo disponível por parte dos representantes para executarem o levantamento, até a imprecisão dos dados colhidos, passando por uma certa reticência dos próprios moradores em responder claramente às perguntas.

Contudo, aos poucos, a medida em que as resistências iam sendo quebradas, o levantamento foi tornando-se um elemento de fortalecimento da luta. Não só pela dinâmica de aproximação com o conjunto dos moradores que ele propiciou, mas, especialmente, pelo suporte e legitimidade que conferiu, mais tarde, às propostas da população local. Após a computação e processamento dos dados, em que tivemos uma participação intensa, de coordenação, levamos os resultados para as Assembléias dos Centros.

Nestas, através de uma dinâmica simples de projeção dos resultados em cartazes, aprofundamos e solidificamos um quadro completo da situação dos moradores e de seu relacionamento com a CODEM, que até hoje serve como referencial para a luta. Na época — novembro de 1981 — elaboramos e entregamos uma contra-proposta à CODEM que apoiava-se neste levantamento do centro participativo. Seus ítems básicos eram:

- O valor a ser pago deveria ser igual para todos e de 5.000 cruzeiros.
- Todo o processo de legalização (despesas de cartório, levantamento de documentação, medição dos terrenos etc.) seria feito sob o controle dos Centros Comunitários e o atendimento da CODEM seria desenvolvido no próprio centro.
- Deveria se subdividir o bairro em 3 áreas correspondendo cada uma à um dos Centros Comunitários. O processo de medi-

ção dos terrenos seria realizado sob o controle do delegado comunitário de cada rua ou passagem.

- 5% do lucro da CODEM na venda dos terrenos seria revertido em benefício dos Centros.

Essa contra-proposta é entregue e depois de muito vai e vem, no dia 5 de fevereiro de 82, em Assembléia Geral dos moradores, os diretores da CODEM aceitam todos os ítems, à exceção do último.

Encerrava-se, desta forma, um primeiro momento de luta pelo controle popular do processo de entrega da propriedade da terra aos moradores da área.

As diversas reuniões, as reflexões sobre as táticas de ação da empresa, a pesquisa minuciosa das características desta, o levantamento sócio-econômico feito por todos, foram úteis não só à mobilização dos moradores no sentido de pressionar a CODEM, mas, principalmente, na compreensão de como funcionava aquele órgão semi-estatal.

As lições desses enfrentamentos, em especial para as lideranças mais participantes, foram de extrema valia e colocavam em destaque, duas grandes questões para que o processo se desenvolvesse de acordo com os interesses dos moradores: primeiro, a necessidade de aprimorar e consolidar a organização comunitária do bairro, e, segundo, a questão de capacitação das lideranças que fossem lidar com os técnicos da CODEM.

A CONSOLIDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Imediatamente após a aceitação pela CODEM das principais reivindicações da população, nossa assessoria mais a pastoral, ajudaram a Comissão de Moradores a elaborar um documento que reconstituísse toda a trajetória da luta e que pudesse se transformar num importante instrumento de debate. Elaborou-se, desta forma, um Boletim Informativo "Ganhamos uma Batalha Venceremos a Guerra" (ver Anexo II), em que recupera-se toda a história da luta, a significação da Vitória, e avança-se na organização popular da área discutindo-se e delimitando-se os limites políticos-geográficos pelo qual cada um dos 3 Centros Comunitários ficariam responsáveis.

Esse texto é distribuído e discutido nas reuniões por rua, passagem, ocasião em que se esco-

lhem os representantes, que viriam a ser os delegados comunitários dos Centros em cada rua. Estas seriam as pessoas que acompanhariam e controlariam os técnicos da CODEM e todos os passos do processo de legalização, após serem credenciados pelas diretorias dos Centros.

Ainda no intuito de capacitar os delegados e, visando também fortalecer a organização popular da área, realizamos em fins de março de 1982, um Seminário com a presença das diretorias dos Centros, da Comissão de Moradores que havia encaminhado toda a luta e dos próprios delegados. A preparação da atividade foi feita por algumas lideranças, a pastoral e nossa assessoria.

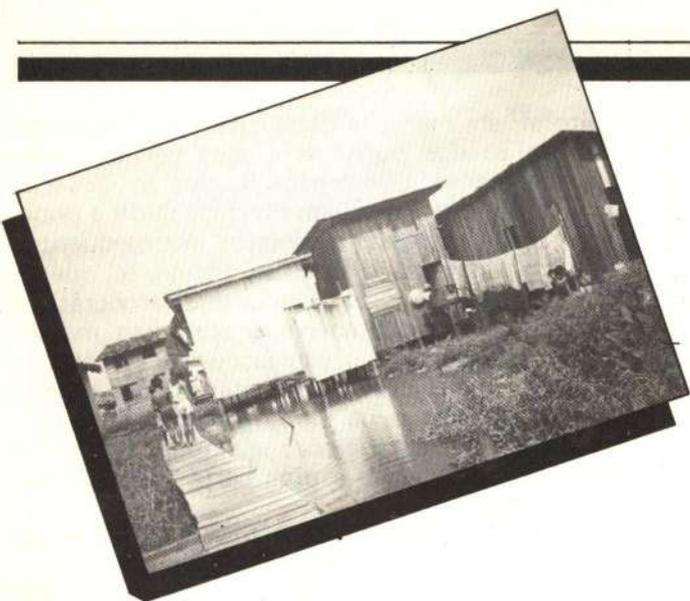
O temário incluía um pequeno estudo da história da luta do povo e outras questões de ordem geral, contudo, o ponto alto das discussões foram os Centros Comunitários.

Considerávamos que para o bom andamento do processo de legalização da terra, era fundamental que os três Centros da área assumissem sem vacilações a luta do povo. Mais ainda: a conjuntura política da época, eminentemente

eleitoral, era marcada pelas investidas cooptadoras não só dos políticos e seus partidos mas, principalmente, dos órgãos ligados ao Governo do Estado, que buscavam dividir e iludir a população com promessas e projetos inconseqüentes.

Ao final das discussões definiu-se que os Centros deveriam ser populares, Democráticos e Independentes. Desejava-se com isso manter a autonomia dessas organizações face a toda e qualquer instituição, seu caráter aberto à participação popular e sua identificação com as causas populares. Estabeleceu-se, ainda, um plano de lutas e atividades e uma carta compromisso dos delegados.

Todas essas definições foram decisivas para que os 3 Centros assumissem uma perspectiva de combate e resistência à dominação. Em um deles a chapa combativa é reeleita. Em outro, a diretoria antiga demite-se e assume uma comissão provisória identificada com as bandeiras do Centro Popular, Democrático e Independente, e o terceiro, juntamente com os outros dois, envia delegados ao 1º Congresso de CBB, em julho de 1982, à revelia da diretoria.



PERSPECTIVAS DO TRABALHO

Durante o ano de 82, a partir da chegada dos técnicos da CODEM, a experiência de controle popular que os delegados e os próprios moradores tiveram foi extremamente rica.

O esquema de trabalho obrigou os técnicos a visitarem todas as casas na companhia dos delegados comunitários. Aliás, estes últimos, acompanharam os técnicos em todos os momentos, desde a medição dos terrenos até o levantamento da documentação existente e, quando havia algum desentendimento, era no interior das reuniões de passagem que se buscava as soluções, sendo que, as situações mais delicadas eram resolvidas nas Assembléias do Centro. Fazia-se também reuniões de avaliação junto com os representantes da CODEM.

Apesar de todo esse esforço, será só em novembro de 1982, que os primeiros 98 moradores regularizariam sua situação a ponto de ficarem aptos para receber os títulos de propriedade, o que viria acontecer em janeiro de 1983.

A morosidade do processo indica quantas dificuldades os moradores tiveram que enfrentar. Todo o contato com a CODEM, com seus técnicos, com os políticos envolvidos nessa estória toda, enfim, a entrada dos delegados nesse universo burocrático-administrativo, foi muito esclarecedora, porém, absorvente demais.

Paralelamente ao esforço de controle popular sobre a atuação da companhia semi-estatal na área e, de luta para que os acordos venham a ser cumpridos, orientamos — isto em meados de 1982 — a Comissão na elaboração de um pla-

no de saneamento. Este, seria uma alternativa ao plano feito pelos órgãos federais, como: BNH, DNOS e outros.

A lentidão da burocracia muito tem nos ensinado. Esta é uma das artimanhas para que a população se desmobilize e perca o controle sobre o processo. É a tática do desgaste.

Resolvemos sugerir a feitura deste plano para que, após todos os títulos entregues, os moradores não sejam surpreendidos por projetos urbanizadores que venham a contradizer seus interesses. Isso é comum. Em outras regiões, essa experiência que é chamada de "remoção branca", ou, "urbanização removedora", já ocorreu. Trata-se, em poucas palavras, do seguinte esquema: cria-se uma estrutura urbana que embora satisfaça aos moradores, não pode ser assumida por estes, que, assim, se veem obrigados a abandonar a região, cedendo (ou vendendo) seus direitos a outras pessoas de maior poder aquisitivo. Para evitar este tipo de desdobraimento, é que realizamos e já entregamos, o referido projeto, aos órgãos competentes. Estes, contudo, apesar das pressões dos líderes do movimento, ainda não deram nenhuma atenção ao plano de saneamento, mantendo-o engavetado.

Acreditamos, hoje (junho/84), que a nossa assessoria nem sempre conseguiu responder adequadamente às necessidades surgidas nesse processo de aquisição definitiva do título de posse da terra.

Isto porque, nos envolvemos excessivamente com as questões mais imediatas, nos descuidando, por outro lado, de aspectos importantes de

nosso trabalho, como a formação política dos delegados populares que acompanharam e acompanham de perto o trabalho da CODEM. Acrescentando-se a isto, a pouca articulação com outras áreas dentro do próprio bairro e da cidade.

A atuação do governo do PMDB, eleito em 82 no Estado do Pará, demonstra a importância destas questões. De caráter nitidamente populista, este governo despreza por completo o conteúdo e a legitimidade das reivindicações populares.

Em abril/maio-84 na segunda distribuição dos títulos, o governo tentou atrelar toda a luta, todos os esforços realizados, às suas iniciativas. Não queria permitir a distribuição dos títulos pelos líderes populares e partiu para uma dupla maneira de intervenção sobre o movimento: cooptação e isolamento, não somente em relação a nossa área de trabalho, mas em todas as outras do Estado, onde existem movimen-

tos sociais baseados nos princípios da autonomia popular e de independência frente ao estado burguês.

Portanto, se no decorrer das diversas lutas não houver uma reflexão profunda do sentido social destas, e, uma crescente articulação com outros grupos populares, dificilmente poder-se-á obter resultados que ultrapassem os ganhos imediatos e consolidem a organização popular a médio e longo prazo.

Por estas razões está sendo retomado o processo de formação dos representantes por rua/passagem em vista do II Congresso da CBB, a ser realizado em fins de julho do presente ano. Atualmente, prepara-se um Congresso no bairro e realizam-se assembléias para escolha dos delegados em todos os Centros, através da discussão de um plano de lutas referentes a educação, saúde, transporte, carestia e luta pela terra.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS

1º/3/1979 – Lançamento da Campanha "Pelo Direito de Morar", pela CBB.

28/5/1979 – I Ato Público pela Luta da terra.

Abril/80 – A CBB produz a cartilha "Pelo Direito de Morar" com nossa assessoria.

OBS: A importância dessas datas reside, sobretudo, no fato de que nos aproxima do contexto no interior da qual a luta do povo de Sacramento iria se dar. Sublinhamos este aspecto porque, nessa época, não havia articulação dos Centros Comunitários do bairro de Sacramento com a CBB.

Fins de 1980 –

- aumento da pressão da imobiliária sobre os moradores.
- criação de uma comissão de moradores, após contato com a pastoral e a realização de algumas assembléias.

Jan. fev./81 –

- convite à FASE para assessorar juridicamente a luta pela legitimação da posse da terra.
- realização do levantamento de todo o processo de ocupação da área. Trabalho base para o esclarecimento jurídico e conscientização política dos direitos da população.
- elaboração do Projeto-Lei de desapropriação por interesse social.

11/março/81 –

- Comissão de Moradores encaminha o Projeto-lei à Câmara Municipal.

entre abril e agosto de 81 –

- período de mobilizações para que o projeto fosse aprovado. Manifestações Públicas.
- eleição e vitória da chapa de oposição para um dos 3 Centros Comunitários da área.
- seminário sobre crise da moradia.

1/set./81 –

- Manifestação pública pelo direito de morar convocada pela CBB e que contou com a participação de 8000 pessoas.

14/out./81 –

- Anúncio, pela Tv. da desapropriação da área por interesse social.

entre outubro/81 e janeiro/82 –

- discussão do plano da CODEM
- levantamento participativo da realidade sócio-econômica dos moradores
- elaboração e entrega de uma contra-proposta à CODEM

5/fevereiro/82 –

- Assembléia de moradores com a diretoria da CODEM, que cede as principais reivindicações contidas na contra-proposta.

Março/82 –

- elaboração do boletim: "Ganhemos a Guerra".

- eleição de delegados comunitários para acompanhar e controlar o processo de legalização do terreno.

- seminário de capacitação dos delegados

Julho/82 –

- I Congresso da CBB, com a participação de moradores dos 3 Centros.

- elaboração do Plano de Saneamento feito pela Comissão de Moradores

- acompanhamento do trabalho dos técnicos da CODEM pelos delegados comunitários.

Nov./82 –

- 98 moradores regularizam sua situação para obterem os títulos

30/jan./83 –

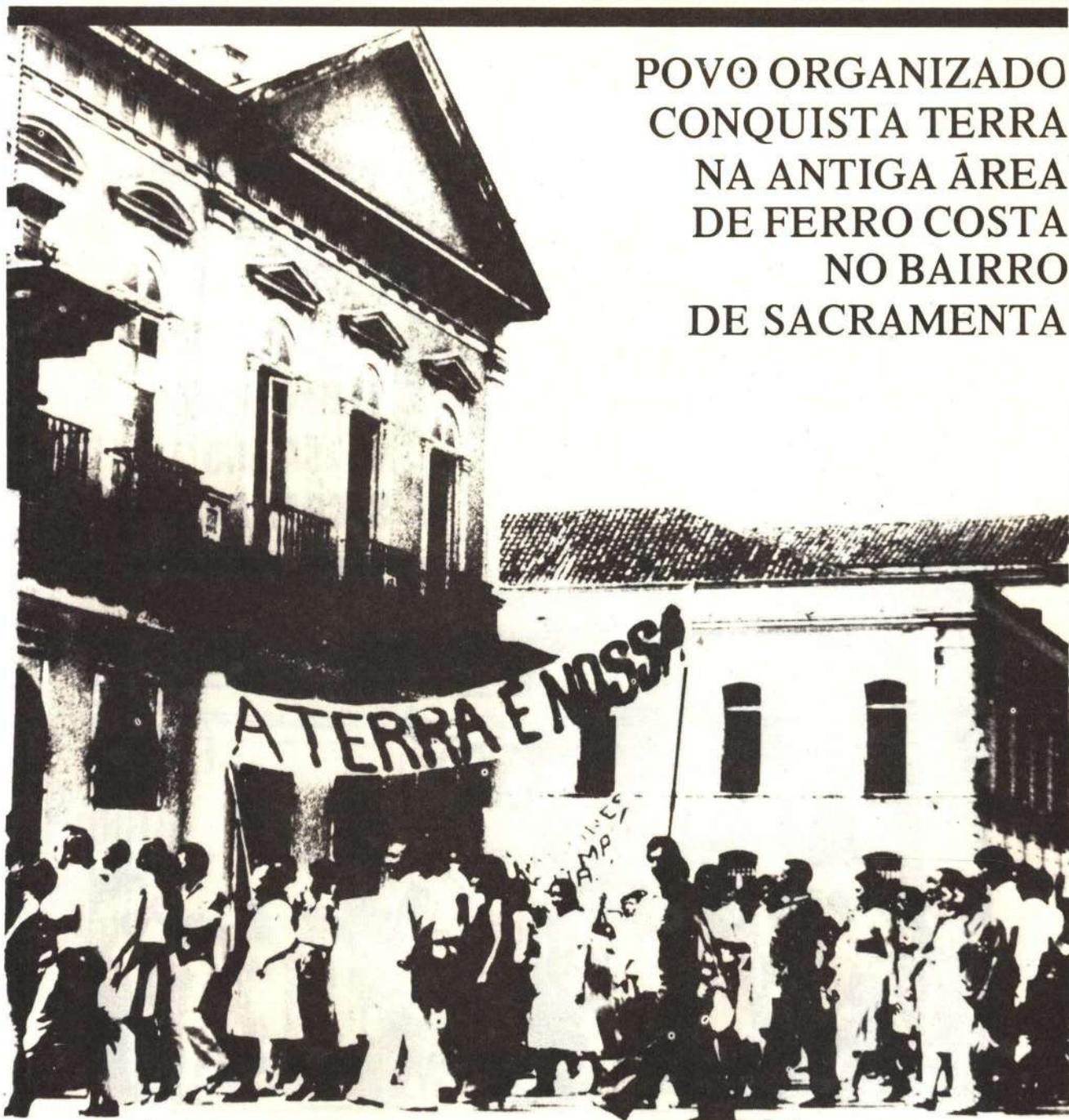
- Primeira distribuição dos títulos

Maio/84 –

- Segunda distribuição dos títulos

OBS: É espantoso. Desde o início de 82 até agora, foram entregues apenas 290, dos 3000 títulos. O restante está com seu processo em andamento nas teias dos cartórios. Há um enorme esforço dos delegados no sentido de acelerar essa entrega que está sendo feita pela CODEM.

POVO ORGANIZADO CONQUISTA TERRA NA ANTIGA ÁREA DE FERRO COSTA NO BAIRRO DE SACRAMENTA



NOTA EXPLICATIVA

Este texto foi o primeiro trabalho de sistematização da luta.

Foi elaborado em março de 1982, pela Comissão de Moradores com a nossa assessoria, logo após a aceitação, por parte da CODEM, das propostas que iriam regular o processo de transferência e legitimação da posse da terra.

.Visava recuperar toda a história do movi-

mento, suas principais datas, seus fatos mais significativos, de modo que a população pudesse discutir e reaprender toda sua experiência.

Constituiu-se, sem dúvida, em um instrumento pedagógico da maior importância, em todo o processo de eleição dos delegados, que estava iniciando-se. Em quase todas as reuniões, por rua/passagem, tornou-se o ponto de partida das discussões que precederam a escolha dos representantes da população junto à CODEM.

**POVO ORGANIZADO
CONQUISTA TERRA
NA ANTIGA ÁREA
DE FERRO COSTA
NO BAIRRO
DA SACRAMENTA**

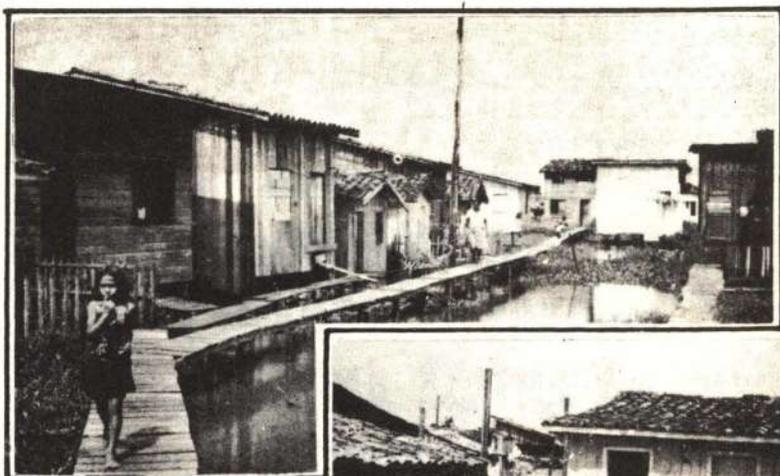


CENTROS COMUNITÁRIOS

**BOA ESPERANÇA
LOMAS VALENTINA
IRMÃOS UNIDOS**

Membros da CBB - Comissão dos Bairros de Belém e
participantes ativos da Campanha pelo Direito de Morar.

**POVO ORGANIZADO
CONQUISTA TERRA
NA ANTIGA ÁREA
DE FERRO COSTA
NO BAIRRO
DA SACRAMENTA**



Prezado Amigo

Apresentamos-lhes este livrinho como lembrança e estímulo. É a história de uma luta vivida por nós, povo de uma baixada de Belém. Serve de lembranças de momentos onde fomos obrigados a enfrentar forças ainda maiores do que a nossa, momentos esses que as vezes nos deram medo mas de outro lado nos uniram mais, Momentos de grande beleza e grata memória, momentos de União, de solidariedade e de apoio mútuo.

Serve de estímulo, porque prova que quando estamos unidos e organizados é possível lutar, conseguir vitórias e mudar alguma coisa.

Contando com você para proseguirmos a nossa luta.

Um abraço bem forte!

CENTRO COMUNITÁRIO
IRMÃOS UNIDOS.

CENTRO COMUNITÁRIO BOA
ESPERANÇA.

CENTRO COMUNITÁRIO LOMAS
VALENTINAS.

COMISSÃO DÓS BAIRROS DE
BELEM (CBB).

HISTÓRIA DA LUTA DOS MORADORES DA ÁREA DE FERRO COSTA

BAIRRO DA SACRAMENTA - BELÉM - PARÁ.

A NOSSA CHEGADA

Há más de vinte anos atrás, havia uma grande área desocupada

perto do centro de Belém. Enquanto o centro era bonito com suas praças e seus edifícios, suas áreas e avenidas asfaltadas e suas casas de gente rica, esta área era mata e alagada e cheia de capim, viveiros de cobras e jacarés. Era uma das baixadas de Belém, considerada perigosa e sem valor tinha o apelido de "bairro selvagem". Naquele tempo como hoje muitos de nós vivíamos no interior desesperados. Lá não tinha condições para sobreviver, a lavoura não dava ganho suficiente não tinha escola para as crianças e os grandes latifundiários (fazendeiros e outros capitalistas) escravizavam a gente forçados por essas circunstâncias resolvemos nos arriscar na grande



cidade.

Naquele tempo como hoje, havia muito trabalhador na cidade de Belém que vivia tão explorado pelo patrão que nem tinha dinheiro para colocar comida na casa para seus filhos, imagine para pagar o aluguel de uma casa!

E assim nós todos, tanto da cidade como do interior, buscavamos desesperadamente um lugar para morar. Ninguém nos ajudava, vivíamos de penúria e perseguição; descobrimos então a baixada, o lugar no qual ninguém dava valor e com a força da vontade para sobrevivermos, entramos

nela. Limpamos igarapés,
matamos os bichos venenosos,
fizemos pontes para andar e
abrimos caminho. Fazendo as
nossas pequenas economias
Construimos as nossas casas.
Muito de nós ainda estamos
construindo porque a
exploração anda solta e
para nós o dinheiro está
curto.

E assim transformamos a
baixada em bairro que
recebeu o nome de
Sacramenta sendo a parte
feita por nós, compreendida
pelas ruas: São Sebastião,
Itororó, Antonio Everdosa,
Angustura e as Avenidas
Pedro Miranda e Senador
Lemos até a São Sebastião.
Somos atualmente mais de
3.000 famílias.



A NOSSA LUTA COM O LATIFUNDIÁRIO E SUA IMOBILIÁRIA.



Como sempre acontece na sociedade capitalista o trabalhador faz com seu trabalho a riqueza que o grande leva.

No Interior tínhamos aberto a mata e trabalhávamos a terra e depois fomos obrigados a sair.

Na cidade algum de nós tinham trabalhado anos em seguida, ficando cada vez mais pobre enquanto o patrão crescia.

E assim aconteceu no caso da nossa terra para morar.

Enquanto estávamos abrindo a baixada ninguém nos encomodava mas uma vez feito da baixada um bairro, terra

de valor, começou a briga. O latifundiário Ferro Costa apareceu de repente dizendo que a terra era dele e que devíamos sair e ou pagar. Mandava o seu advogado Felix de tal derrubar a casa e expulsar os moradores

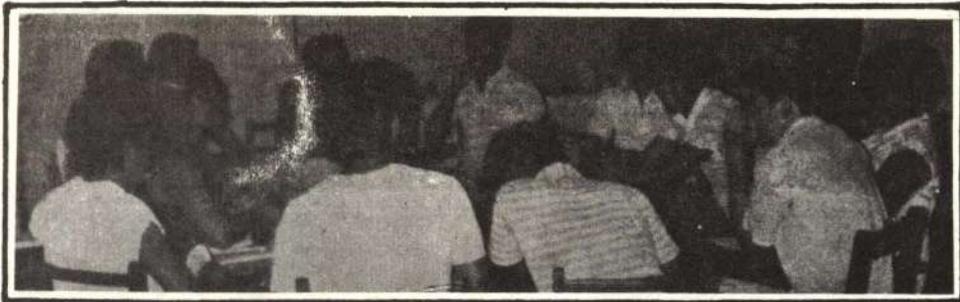


que não afetuassem os pagamentos exorbitantes. Cada um de nós resistiu como podia, alguns fugiram enfraquecendo aqueles que ficaram. Mais tarde o latifundiário alugou uma empresa a imobiliária Jorge Abelém, para nos expulsar ou fazer pagar. Descobrimos que era necessário nos unirmos e acabar com esta história de cada um por si e Deus para todos. Resolvemos visitar todas as casas da nossa área e fazer reuniões em cada passagem e rua. Disso resultou uma Comissão formada por moradores eleitos nas reuniões de passagem. Esta Comissão nos representava diante das autoridades, discutia e planejava o que fazer e informava nas reuniões o que estava acontecendo. Se havia decisões importantes para tomar, então convocava todos os moradores para uma grande Assembléia onde se resolviam as questões com maioria de votos. E assim ganhamos forças para qual nem a empresa, **alugada** pelo latifundiário, dava jeito. Ninguém saía mais da área e também não pagava:

Mesmo assim as constantes ameaças nos encomodavam. Precisamos acabar com isso de vez e oficializar o nosso direito de morar.



Depois de muitas reuniões e Assembléias aprontamos um projeto-lei que desapropriava o latifundiário por interesse social e reconhecia o nosso direito; Este projeto-lei a nossa Comissão entregou na Câmara Municipal no dia 11 de março de 1981.



Mais do que dois meses depois, no dia 14 de maio de 1981, o projeto entrou em votação na Câmara Municipal. Fomos todos juntos com faixas, cartazes, para exigir os nossos direitos e ocupamos todos os lugares disponíveis naquela casa. O projeto foi aprovado com dois votos contra, os dois votos eram dos vereadores Adelino Sinão e Manoel Coelho. Estes dois para nós pararam de ser vereador desde aquele dia porque sendo pago pelo povo, lutaram contra o povo. Aprovado na Câmara dos vereadores, o nosso projeto foi para as mãos do prefeito. No dia 12 de Junho de 1981, nos chegou a triste notícia que o prefeito, o Sr. Lourival

de Magalhães, vetou o nosso projeto. Voltamos as nossas reuniões nas ruas e passagens, fizemos as nossas Assembléias e no dia 30 de Junho de 1981 realizamos o nosso dia de protesto na frente da Câmara Municipal enquanto os vereadores estavam apreciando o veto do prefeito. Mandaram a polícia para a gente a qual impedia a nossa entrada na Câmara Municipal, embora que esta casa deveria ser a casa do povo. Dizíamos então que iríamos ficar até que o veto fosse retirado. Diante da nossa força e organização nós fizemos nos respeitar e conseguimos a promessa que o prefeito iria negociar com o Latifundiário para poder fazer valer o nosso projeto-lei.

A SOLIDARIEDADE E UNIÃO COM OS MORADORES DOS BAIRROS, AUMENTAM A NOSSA FORÇA.



Passaram muitos dias e nada de notícia do Prefeito. Pensando como podíamos aumentar a nossa força, descobrimos que muitos companheiros nossos, morando em outros bairros, estavam sofrendo o mesmo problema. Eles tinham se organizado em Comissão dos Bairros de Belém (CBB). Discutindo esta questão nas nossas reuniões e Assembléias, chegamos a conclusão que deveríamos participar para aumentar a força de nós todos contra a exploração. Foram

escolhidos três delegados da nossa área para participar da Comissão de Direito de Morar da CBB. E assim, junto com os outros bairros, fizemos um outro projeto-lei, incluindo todas as áreas da cidade onde os





moradores foram ameaçados de expulsão.

No dia 1º de setembro de 1981, fomos juntos com os outros bairros e sob direção da CBB, numa grande passeata de protesto para o palácio do governo. Foram mais do que 8 mil pessoas e a cidade inteira parou e nos olhou.

Naquele dia o governador nos assegurou que as negociações com o latifundiário já estavam acertadas e que a área seria nossa.

Finalmente no dia 14 de outubro de 1981, vimos na televisão a notícia que o latifundiário foi desapropriado por 5 milhões de cruzeiros. Para nossa desagradável surpresa, no rabo da notícia ficava o veneno do barão: A desapropriação não era a favor dos moradores mas a favor da Companhia de Desenvolvimento Metropolitano (CODEM). Uma nova luta estava para começar!

A NOSSA LUTA COM A EMPRESA (CODEM)

O CONTROLE DO POVO.

Depois da notícia da televisão, partimos para descobrir quem era esta nova figura com a qual deveríamos lutar. Era uma empresa que tinha um capital misto, uma parte das ações de seu capital era do município e a outra parte era de capitalistas e latifundiários da cidade. **Soubemos** também que esta empresa tinha muita gente formada, empregada à serviço dela: Assistente Social, advogado, engenheiro, enfim tudo o que era de doutor.

Chegamos a saber através de companheiros nossos do bairro vizinho (**Acampamento**) que eles tinham, na sua luta pela terra para morar, enfrentado uma empresa semelhante (era o BNH junto com o Mobrai Comunitário). Veio tudo o que era de doutor acima deles, falando bonito e dando razão ao povo; Eles se



deixaram levar pela conversa e ao fim da história, foram obrigados a sair, morando hoje longe da cidade em casa pequenina pagando prestação ao BNH, todos endividados.

Discutimos tudo isso nas reuniões e Assembléias e resolvemos então chamar esta empresa para uma grande Assembléia de povo. Exigimos que eles colocassem diante do povo o plano deles. A empresa recusou três vezes o pedido da Comissão e a Comissão recusou três vezes para falar sozinha com ela. Finalmente a empresa cedeu e colocou o seu Plano; disseram o seguinte:

- Cada caso é um caso

- A empresa vai fazer um levantamento, os mais pobres pagam menos, os menos pobres pagam mais.

- Tudo será tratado no escritório da empresa por seus técnicos (assistente social etc).

- Depois de ser pago tudo de acordo com os cálculos da empresa, a área passa para os moradores.

Fizemos uma votação e todos nós recusamos o plano da empresa. A empresa foi embora e nós ficamos, discutindo o nosso plano. Percebemos que " cada caso é um caso " da empresa, era para dividir a gente e

aumentar o lucro da empresa. Estabelecemos um preço igual para todos (Cr\$ 5.000,00) incluindo todas as despesas de cartório, enquanto o levantamento da documentação, a medição dos terrenos, o pagamento do preço seria feito sob nosso controle.

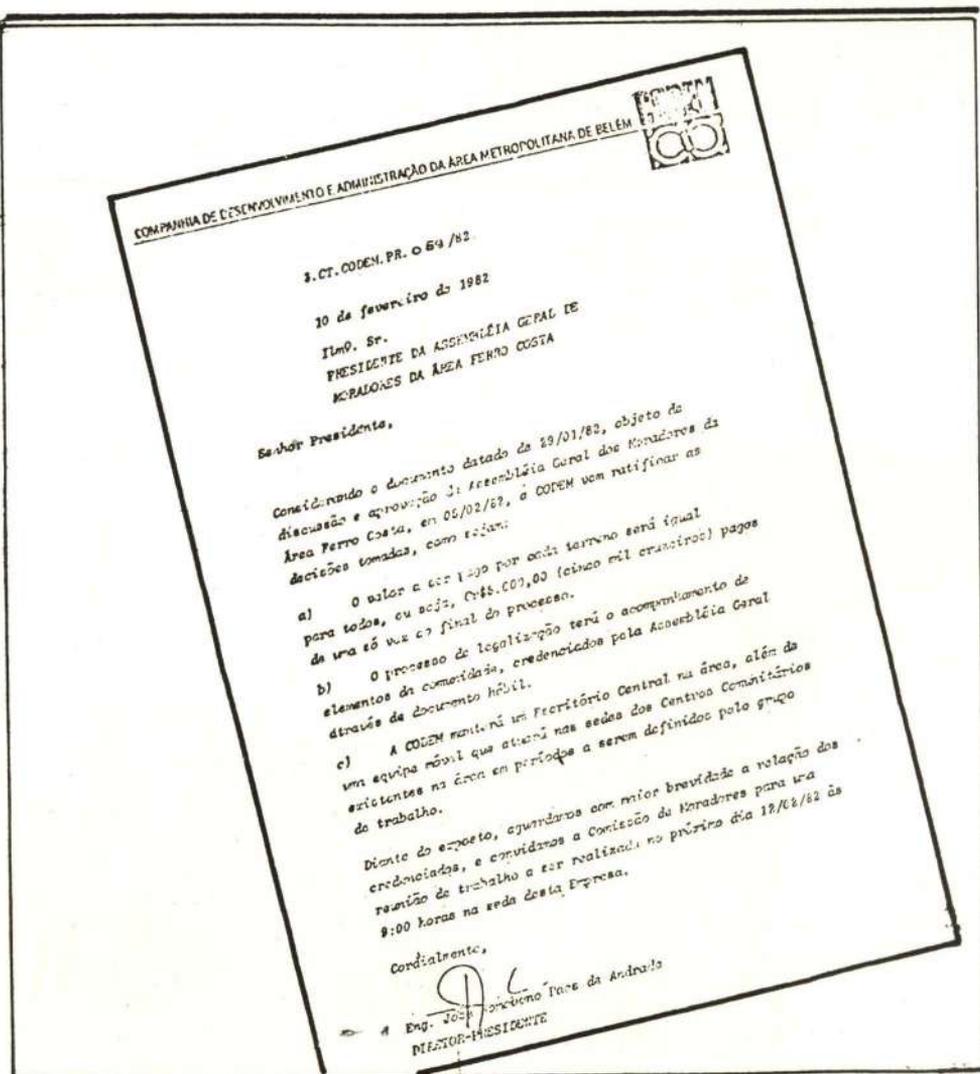
A fim de fortalecer o nosso plano resolvemos fazer um levantamento da situação de todos os moradores da nossa área provando como nosso povo vivia explorado.

Uma vez feito tudo isto, a nossa Comissão foi de novo à empresa e exigiu a presença da diretoria em uma assembléia geral dos moradores da nossa



área. Depois de muito vai e vem, finalmente no dia 5 de fevereiro de 1982 em uma assembleia onde o povo apareceu em massa houve o encontro decisivo entre a empresa e nós todos. Vieram todos os especialistas e ficaram ouvindo caladinho a exposição do nosso Plano,

Depois botaram mil dificuldades mas não conseguiram nos dividir nem convencer e ao fim cederam e disseram que iriam discutir com os sócios da empresa. Exigimos uma resposta por escrita a qual nos chegou em mãos no dia 10 de fevereiro de 1982.

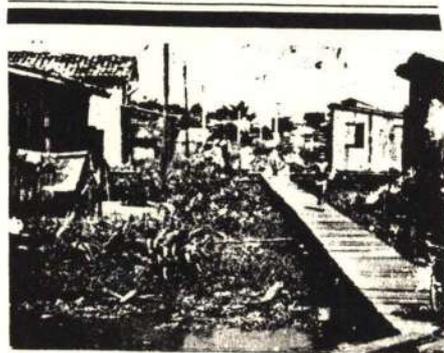


A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA FORTALECE A NOSSA LUTA.



Depois desta vitória sentimos a necessidade de fortalecer a nossa organização. Sabíamos da nossa experiência que os capitalistas se organizam muito bem. As suas empresas conseguem muitas vezes desfazer uma conquista dos trabalhadores algum tempo depois da vitória. Nós tínhamos três Centros Comunitários na área, mas estes não estavam ainda enxergando as causas da miséria do povo. Levamos então a nossa luta dentro dos Centros. Fizemos muitas discussões que até hoje ainda continuam mas em todo caso conseguimos que os Centros se colocassem solidários na luta contra a exploração. Dividimos a área em três, para cada Centro um pedaço, transformamos

as reuniões de ruas e passagens em reuniões comunitária. Cada rua escolheu o seu delegado Comunitário enquanto as nossas Assembléias se transformaram em Assembléias do Centro. E assim estávamos prontos para controlar os técnicos da empresa e mais tarde também para enfrentar outras lutas como pelo seneamento do bairro, escola para todos, saúde etc., sempre em conjunto com outros Centros e Associações através da Comissão de Bairros de Belém (CBB).



O CONTROLE DO POVO NO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DAS TERRAS.



Chegaram então os técnicos da empresa. Antes que iniciaram o trabalho nós nos sentamos com eles e estabelecemos as regras às quais tinham de obedecer, eram as seguintes:

A medição dos terrenos e o levantamento da documentação existente seria feito sempre em presença do delegado comunitário, qualquer desentendimento seria resolvido na reunião de passagem e se não chegassem a uma conclusão então seria discutido na Assembleia do Centro. Depois de cada quadra

de ruas feita, teria uma avaliação onde se verificaria se as coisas andaram de acordo com aquilo que o Centro tinha determinado.

As avaliações causaram muitas vezes grande tensão, nós nos colocamos sempre diante da empresa. Mesmo o fato que os técnicos eram de boa vontade eles permaneciam para nós empregados da Codem a qual sempre visa os caminhos mais fáceis para garantir o lucro e os mais difíceis para o povo garantir o seu direito. Com a nossa forte organização, decidida contra a

exploração, conseguimos: Que os técnicos saíssem das suas cadeiras e visitassem casa por casa controlados pelo delegado comunitário. Que o livro de registro e a caixa registradora para o pagamento fosse deslocado para o Centro Comunitário, evitando viagens dos moradores para a Codem e o Banco, no Centro da cidade.

que conversa fiada para dividir seja de técnicos ou de elementos contra o povo no bairro; fosse impedida.

Achamos que mesmo assim as coisas estavam andando muito devagar. Através de uma grande Assembléia com mais de 4000 pessoas fizemos pressão acima da empresa e nos dias 18 e 19 de novembro, os primeiros 98 moradores assinaram o livro de registro. Com toda documentação pronta pagaram no dia 1º de dezembro de 1982, o preço unitário de 5.000,00 por nós estipulados. Estavam prontos para receber o título.

Passou então o mês de

dezembro e os títulos não apareceram. Fizemos de novo as nossas reuniões nas passagens, pressionamos a Codem, obrigamo-la a pressionar o cartório e finalmente marcamos o dia 30 de janeiro de 1983, como o DIA DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DOS TÍTULOS QUE PARA NOS SÃO DIPLOMAS DE LUTA, coincidindo com a data do lançamento da CAMPANHA PELO DIREITO DE MORAR 1983 da Comissão dos Bairros de Belém (CBB).



A VITÓRIA E A LUTA CONTINUA



30 de janeiro de 1983, 98 companheiros vão receber o seu título de terra (ou diploma de luta) e daqui a 3 meses mais mil receberão o seu. Será que isto foi a maior vitória? Achamos que não.

A nossa grande vitória é a nossa organização. No fim de fevereiro de 1982 fizemos um curso de formação e depois uma grande Assembléia nos

Centros Comunitários da área ou seja: Irmãos Unidos, Boa Esperança e Lomas valentinas. Lá definimos o Centro Comunitário:

INDEPENDENTE: Do Estado da religião e de qualquer Instituição ou partido político.

POPULAR: Lutar pelos interesses do povo e contra a exploração dos capitalistas.

DEMOCRÁTICO: Todas as lutas e atividades são feitas por decisões de Assembléias e delegacias comunitárias.

Escolhemos Delegados por ruas e passagens e assim organizados, lutamos todos num rumo só, ficamos fortes.

Além disto começamos a participar da Comissão de Bairros de Belém que congrega 37 Centros e Associações.

Hoje estamos festejando a nossa vitória e também lançando a CAMPANHA DO DIREITO DE MORAR DE 1983 da CBB. hoje são mais de 37 Organizações Populares lutando no mesmo rumo:

PELA REFORMA URBANA E AGRÁRIA: Terra Para Todos Morarem e Trabalharem

CONTRA OS IMPOSTOS ABSURDOS: que podem nos expulsar de novo já que não temos como pagar.

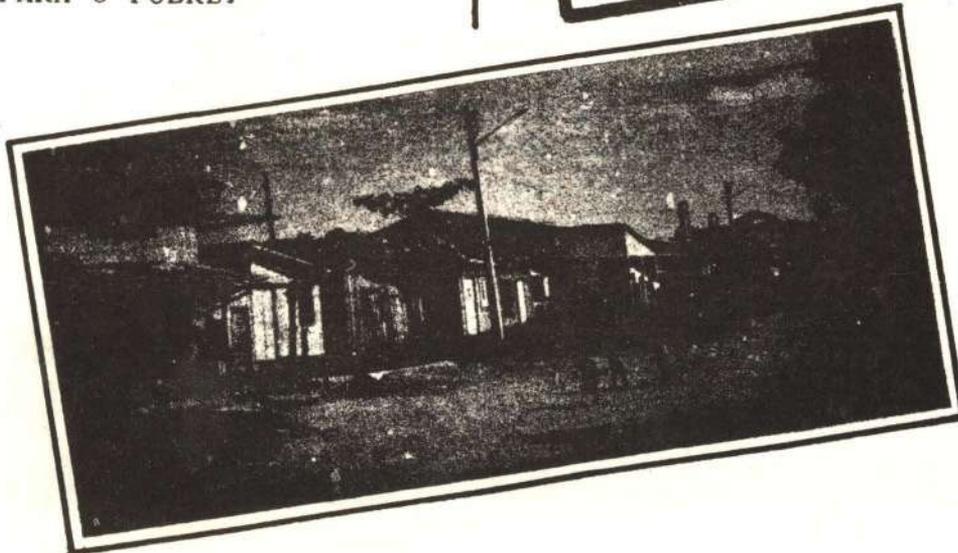
CONTRA AS MENSALIDADES DO BNH QUE NÃO DÁ VEZ PARA O POBRE.

É isto a nossa grande vitória: A nossa organização, os delegados comunitários, as Assembléias do Centro a nossa participação na CBB.

Esta vitória temos que assegurar; ser mais forte, mais unido, melhor organizado é a única garantia de acabar com a exploração, a miséria e a pobreza.

Estamos de parabens e vamos em frente!
A luta continua!

IRMÃOS UNIDOS
BOA ESPERANÇA
LOMAS VALENTINAS



AGRADECIMENTO

Muitas Instituições e pessoas nos apoiaram até agora a nossa luta. **destacamos** entre elas: as Igrejas, especialmente a Igreja de São Sebastião, a Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Sociedade Paraense de Defesa dos direitos Humanos (SDDH) através do Jornal Resistência e entre os partidos, o partido dos Trabalhadores. Todos entenderam a causa da nossa miséria e souberam nos apoiar respeitando a nossa autonomia. Esperamos que essa solidariedade e apoio continuem da mesma forma e com o mesmo compromisso!





Lomas Valentina



Boa Esperança



Irmãos Unidos





Esta cartilha foi elaborada sob a responsabilidade da Comissão dos Bairros de Belém e tem o propósito de servir de instrumento de esclarecimento à população duramente atingida em seu direito de morar pelo sistema de leis publicadas no Diário Oficial do Município de 31 de dezembro de 1979.

A Comissão de Bairros espera que seja de utilidade à população na discussão dos caminhos da luta pela concretização do desejo do povo de Belém de ter uma casa onde possa viver condignamente.

Abril de 1980

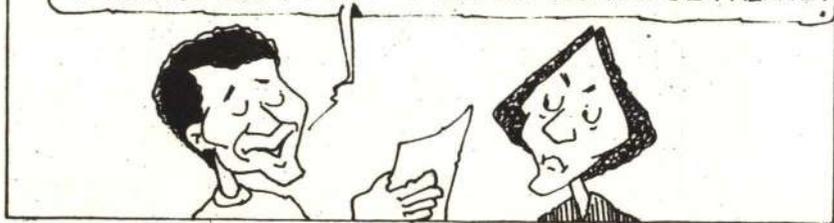
DONA DICA SE ENCONTRA COM JUCA E MOSTRA O BOLETIM DA CAMPANHA PELO DIREITO DE MORAR QUE UM MOÇO ENTREGOU A ELA NA FEIRA.



JUCA LÊ ESSE PAPEL E ME EXPLICA O QUE É QUE TEM ESCRITO AQUI NESSE PEDAÇO!



AQUI TÁ DIZENDO QUE O PREFEITO BAIXOU UMA LEI QUE PROIBE CONSTRUIR CASA EM TERRENO COM MENOS DE 10 METROS DE FRENTE!



MAS QUER DIZER QUE ESSE MEU TERRENO NÃO VALE MAIS NADA?



A GENTE PODE SER DONO DO TERRENO MAS NÃO PODE USAR ELE?



É ISSO QUE ESTÁ ESCRITO NESSE BOLETIM DA LUTA PELO DIREITO DE MORAR!



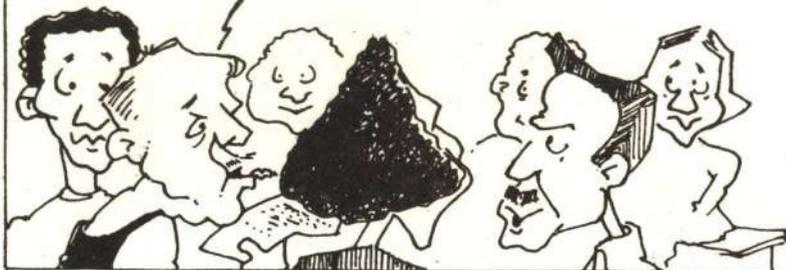
MAS NÃO PODE UMA COISA DESSAS; A GENTE TEM QUE PROCURAR OS NOSSOS DIREITOS... ONDE JÁ SE VIU ??? EU VOU FALAR COM O SEU JÚLIO E PERGUNTAR O QUE A GENTE PODE FAZER.



NA CASA DO SEU JÚLIO



ESSA LEI PROIBE O POVO DE CONSTRUIR
EM TERRENO DE MENOS DE 10 METROS
DE FRENTE!



JUCA, TU QUE É
ESTUDANTE LÊ PRA NÓS



É O DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO, DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1979!



BASTA TU LER O QUE TÁ MARCADO AI!



O ARTIGO 36 DA LEI 7119, QUE É A LEI DO
ZONEAMENTO, DIZ O SEGUINTE NO
INCISO I:

Art. 36 – Nas Zonas Habitacionais,
para receber edificações os lotes deverão possuir as se-
guintes dimensões mínimas:

I – 10 (dez) metros de frente e 25 (vinte e cinco)
metros de fundos, para Uso Habitacional Singular;

COMO É QUE PODE UM NEGÓCIO DESSE,
SE MAIS DA METADE DOS TERRENOS DE BELÉM
TEM MENOS DE 5 METROS DE FRENTE?

ENTÃO É VERDADE MESMO!!!
E EU QUE TAVA PENSANDO
EM DERRUBAR ESSE MEU
BARRACO PRA FAZER A
MINHA CASINHA... DESSE
JEITO O...!



AQUI NA PAGINA 12 TEM O ARTIGO 22 DA LEI 7122. NO INCISO I E III DESSA LEI DIZ O SEGUINTE:

Art. 22 – Toda e qualquer edificação deve obedecer aos seguintes afastamentos mínimos,

I – 1/3 (um terço) de largura da via, para o limite frontal;

III – 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) para os limites laterais.

COM UM METRO E MEIO DE CADA LADO, UM TERRENO DE 5 METROS FICARÁ COM 2 METROS PRÁ CONSTRUIR!

O QUE VAI ACONTECER É QUE ESSE POVO NÃO VAI PODER CONSTRUIR NADA NELE!



E QUEM TÁ LUTANDO PELOS TERRENOS NA PEDREIRA, SACRAMENTA, TERRA FIRME E NOS OUTROS BAIRRO?



ESSE POVO VAI TER QUE LUTAR TAMBÉM CONTRA ESSAS LEIS; SENÃO A LUTA NÃO VAI ADIANTAR NADA!



E A PREFEITURA VAI DIZER QUE NÃO PODE VENDER OS TERRENOS COM MENOS DE 10 METROS!



E TEM MAIS. OS DE 10 METROS VÃO SER VENDIDOS MUITO CAROS; AINDA MAIS SE FOREM VENDIDOS PELA CODEM!



E A CODEM É UMA IMOBILIÁRIA?



A GENTE DESCONFIA. LÁ NA PEDREIRA, ELA MANDOU CARNÊS PARA OS MORADORES PAGAREM O ALUGUEL DOS TERRENOS QUE O PREFEITO PROMETEU VENDER PARA OS MORADORES!



MAS DEIXA EU CONTINUAR. AQUI NA PÁGINA 13, O ARTIGO 30 DA LEI 7.122 DIZ:

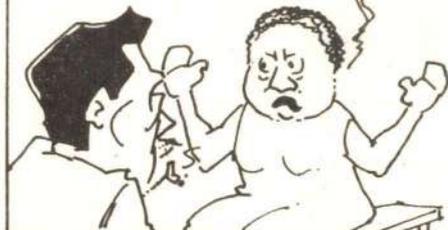


Art. 30 – A aprovação do projeto de edificação em terreno ou lote desconforme e do uso em edificação desconforme dependerá de ato do Prefeito, ouvido o Conselho Superior de Desenvolvimento do Município de Belém.

ENTÃO O SENHOR ACHA QUE ELE VAI DAR ESSA COLHER DE CHÁ PRA NÓS, SEU MESIAS?



ISSO É PRÁ UM OU OUTRO BARÃO AMIGO DELE!



ESSE ARTIGO 30 É MEIO CAMINHO ANDADO PRA CORRUPÇÃO. QUER VER?



BASTA O PREFEITO SE FAZER DE DIFÍCIL ATÉ OS DONOS DOS TERRENOS COM MENOS DE 10 METROS DE FRENTE OU TERRENO DESCONFORME, CAIR COM A NOTA!



TAÍ. NÃO É ASSIM COMO VOCÊS TÃO FALANDO. É SÓ FAZER UM REQUERIMENTO PRO PREFEITO QUE ELE DÁ LICENÇA DE CONSTRUIR!



HUM!!! E ESSE TAL CONSELHO SUPERIOR QUE FALA NO ARTIGO 30?



É UM GRUPO FORMADO POR GENTE DE CONFIANÇA DO PREFEITO. QUE ACONSELHA E AJUDA ELE A DECIDIR!



NESSA MESMA PÁGINA, LOGO EM CIMA DO ARTIGO 30, TEM O PARÁGRAFO TERCEIRO DO ARTIGO 29 QUE DIZ:



§ 3º – Nas edificações desconformes não serão aprovadas quaisquer ampliações, permitindo-se apenas reformas essenciais a sua segurança e higiene ou de suas instalações e equipamentos.

QUER DIZER QUE, SE O SEU MESSIAS QUIZER AUMENTAR UM QUARTO OU BANHEIRO NA CASA DELE, NÃO VAI PODER...?



SÓ PODE AJEITAR UMA GOTEIRA, PINTAR UMA PAREDE; ESSAS COISAS DE CONSERVAÇÃO. AMPLIAÇÃO NÃO É PERMITIDO?



É DONA DORA, ESSA LEI VEIO PRA' LASCAR A GENTE!



A GENTE VAI TER MAIS UMA PROVA NA PÁGINA 12, NO ARTIGO 29. JUCA LÊ PRA NÓS!



Art. 29 – O uso, o terreno ou lote e a edificação desconforme poderão ser tolerados, a título precário, desde que a sua existência seja anterior à data da publicação desta Lei e o interessado comprove o pagamento de todas as obrigações fiscais incidentes sobre o imóvel e a atividade objeto da permissão.

QUEM TIVER CASA OU TERRENO DESCONFORME, SE ATRASAR OS IMPOSTOS, TA' ESTREPADO!



AINDA MAIS AGORA QUE TÁ DANDO NA TELEVISÃO QUE O IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E AS TAXAS DE SERVIÇO AUMENTARAM... OLHA O QUE DIZ ESSE ARTIGO DO LÚCIO FLÁVIO PINTO NO LIBERAL DO DIA 27 DE JANEIRO DE 1980!



O aumento de imposto e taxa será de no mínimo 100 por cento para quase todos os moradores de Belém que não são isentos do imposto predial (estes atingem a 40 mil em um universo de 140 mil), mas o reajustamento será desigual a essa desigualdade não segue um critério muito justo. Assim, o dono do imóvel com três metros de testada na Duque de Caxias terá que pagar oito vezes mais de imposto, enquanto que o aumento que o dono de uma casa com 10 metros de testada no bairro de Campinas sofrerá um reajuste que tornará mais caro o imposto 3,5 vezes em relação a 1979.

Um morador de uma residência situada na avenida Duque de Caxias, que tenha menos de três metros de testada, em 1979 deve ter pago de imposto predial e territorial urbano menos de 250 cruzeiros. Neste ano pagará entre Cr\$ 1.500,00 e Cr\$ 1.800,00. Um morador da avenida 1o. de Dezembro, casa de dez metros de testada, que em 1979 pagou entre dois e três mil cruzeiros de IPTU, neste ano pagará entre 7,5 e nove mil cruzeiros.

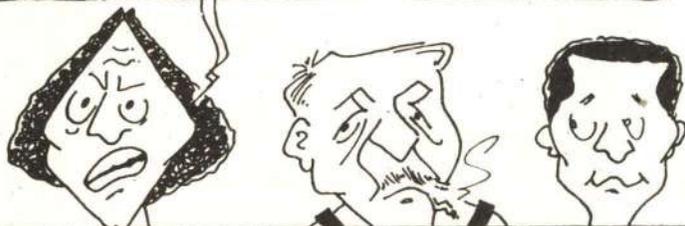
PRA ENCURTAR CONVERSA:

- 1- NÃO PODE CONSTRUIR EM TERRENO DE MENOS DE 10 METROS DE FRENTE POR 25 DE FUNDO. PRA CONSTRUIR TEM QUE TER UMA LICENÇA ESPECIAL DO PREFEITO E ELE NÃO VAI DAR ESSA LICENÇA PRA QUALQUER UM.
- 2- PRA FAZER QUALQUER AMPLIAÇÃO TEM QUE PEDIR LICENÇA TAMBÉM. E ELE DA SE QUIZER.
- 3- SE A CASA JÁ ESTAVA CONSTRUÍDA NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 1979, O DONO NÃO PODE ATRAZAR O IMPOSTO, POIS ELES PODEM DECRETAR QUE A MORADIA É ILEGAL.
- 4- OS IMPOSTOS E AS TAXAS AUMENTARAM MUITAS VEZES MAIS DO QUE ERAM ANTES.



**ESTÃO QUERENDO CHUTAR
A GENTE PRA MAIS LONGE!!**

ENTÃO NÓS VAMOS TER QUE VENDER
NOSSOS TERRENOS E IR EMBORA???



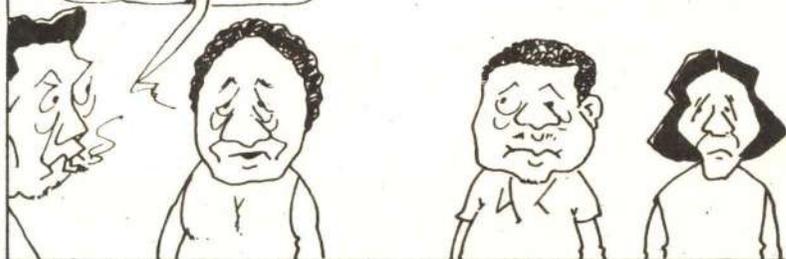
É ISSO QUE ELES QUEREM. AS IMOBILIÁRIAS
VÃO COMPRAR OS TERRENOS DE MENOS DE
10 METROS DE FRENTE A PREÇO DE BANANA.
DEPOIS ELES JUNTAM VÁRIOS TERRENOS
VIZINHOS E VÃO VENDER POR PREÇO
100 VEZES MAIOR OU ENTÃO CONSTRUIR
PRÉDIOS DE APARTAMENTOS!



É POR ISSO QUE A CODEM NÃO QUIS
VENDER OS TERRENOS QUE ELA
COMPROU DO VALENTE DO COUTO
PRO PESSOAL DA PEDREIRA. ELA JÁ
SABIA DESSAS LEIS E JÁ TÁ SE APROVEITANDO!



POBRE É APERTADO DE TODO LADO:
MUITA GENTE QUE VEM PRA CIDADE GRANDE
JÁ FOI EXPULSA DAS TERRAS NO
INTERIOR...!



QUANDO CHEGA
AQUI ACONTECE DE
SER COLOCADO PRA
FORA DOS TERRENOS!



ESSA SITUAÇÃO NÃO
PODE CONTINUAR!



QUANDO A GENTE CHEGOU AQUI NA BAIXADA ISSO ERA TUDO IGAPÓ!



A GENTE NÃO TINHA ONDE PASSAR, NÓS QUE FIZEMOS MUTIRÃO, E A LUZ SÓ VEIO PRA CÁ, DEPOIS DE UNS 10 ABAIXO-ASSINADO!



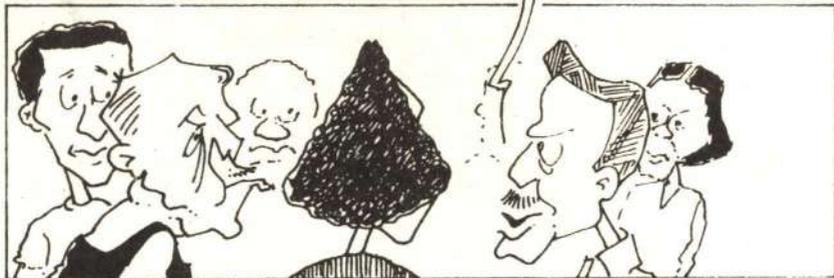
LEGITIMAÇÃO...?



É SEU MESSIAS, ISSO QUER DIZER LEGALIZAR, RECONHECER A GENTE COMO OS DONOS LEGÍTIMOS DOS TERRENOS!



POIS É, PELO TEMPO QUE A GENTE MORA E POR TODA ESSAS MELHORIAS, ESSE TERRENO JÁ É NOSSO, NÃO É?



LÁ NA COMISSÃO DE BAIRRO A GENTE TÁ DISCUTINDO MUITO ISSO TUDO. ESTAMOS LEVANTANDO UMA IDÉIA BOA: FAZER UM MOVIMENTO DE TODOS OS BAIRROS QUE ESTÃO COM ESSE PROBLEMA, EXIGINDO A LEGITIMAÇÃO DA POSSE!



POR QUE A VIDA DO POBRE É TÃO DIFÍCIL ?

É TÃO DIFÍCIL PORQUE EXISTEM DUAS CLASSES PRINCIPAIS DE GENTE, A DOS QUE EXPLORAM E DOS QUE SÃO EXPLORADOS!



A DOS QUE TRABALHAM
E PRODUZEM AS
RIQUEZAS E A DOS
QUE NÃO TRABALHAM
MAS FICAM COM
AS RIQUEZAS!



NO GOVERNO ESTÃO
OS QUE NÃO
PRODUZEM
ENQUANTO OS QUE
PRODUZEM ESTÃO
FORA DO GOVERNO!



LÁ QUEM MANDA É O
POVO QUE TRABALHA.
LÁ AS LEIS SÃO FEITAS
POR GENTE DO POVO!



O JUCA TEM
RAZÃO SEU
MESSIAS!



É ISSO MESMO.
É A COISA MAIS
IMPORTANTE QUE A
GENTE TEM QUE
ENTENDER!



E AS LEIS SÃO FEITAS
POR ELES SÓ PODE
BENEFICIAR A ELES.
SENDO ISSO A CAUSA
DA NOSSA POBREZA!



ISSO JÁ ACONTECEU EM
OUTROS PAÍSES TAMBÉM,
NÃO FOI SÓ NA NICARÁGUA!



E É BOM QUE
TODOS SAIBAM
DESSAS COISAS!



O MUNDO SEMPRE FOI
ASSIM NÃO ADIANTA
QUERER MUDAR ISSO!

MÁS EM OUTROS PAÍSES
JÁ MUDARAM FAZ
TEMPO OS POBRES, OS
ESTUDANTES E

TRABALHADORES LÁ DA NICARÁGUA SE UNIRAM,
BOTARAM O DITADOR SOMOSA PRÁ CORRER
E FIZERAM O GOVERNO DELES...!



MÁS EU QUERO
SABER, O QUE A
GENTE FAZ? PORQUE
ATÉ CONSEGUIR ESSE
GOVERNO DO POVO,
NÃO VAI SER DE HOJE PRÁ
AMANHÃ. E ATÉ LÁ
ESSE BARRAÇO QUE
EU MORO JÁ CAIU NA
MINHA CABEÇA!



NÓS TEMOS QUE LUTAR PARA QUE ESSA LEI NÃO VIGORE; ESSE BOLETIM TÁ DIZENDO QUE NÓS DEVEMOS NOS UNIR COM A COMISSÃO DOS BAIRROS!



MAS COMO É QUE A GENTE VAI SE UNIR COM ELES?



NÓS DEVEMOS FALAR COM OS OUTROS VIZINHOS E PEDIR UMA REUNIÃO NO CENTRO COMUNITÁRIO PRÁ VER O QUE A GENTE PODE FAZER!



DEPOIS DE MOSTRAR DIREITO ESSAS LEIS, NÓS VAMOS TER QUE ESCOLHER ALGUNS REPRESENTANTES!



O SENHOR NÃO SABE PORQUE NÃO PARTICIPA NO CENTRO COMUNITÁRIO E NEM DAS REUNIÕES QUE TÃO ACONTECENDO POR AI, SEU NHOZINHO. E PARTICIPAR É MUITO IMPORTANTE PRÁ NOSSA LUTA!



PRÁ QUE REPRESENTANTES?



PRÁ PARTICIPAREM DAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE BAIRROS E CONTAR AQUI O QUE FOI DECIDIDO LA!



EU NÃO CONCORDO DE QUE ESSES REPRESENTANTES VÃO LA SÓ PRÁ OUVIR!



ELES DEVEM TAMBÉM FALAR COM OS COMPANHEIROS DOS OUTROS BAIRROS O QUE A GENTE PENSA...!



A COMISSÃO DOS BAIRROS EXISTE PORQUE OS PROBLEMAS QUE EXISTEM NOS BAIRROS NÃO SÃO SO DE UM. A QUESTÃO DESSA LEI POR EXEMPLO, NÃO É SÓ NOSSO. É A MESMA NO MARCO, NA SACRAMENTA, TELEGRAFO, TERRA FIRME. É DE TODOS OS MORADORES DE BELÉM.

VAI OUVIR O QUE OS OUTROS PENSAM E DEPOIS VEM AQUI QUE É PRA GENTE TAMBÉM NÃO FICAR POR FORA DA LUTA...!



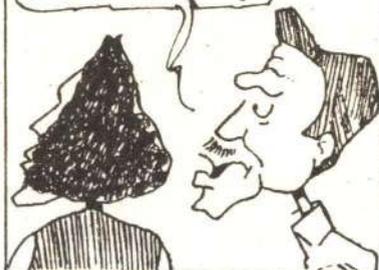
É ASSIM QUE A LUTA VAI SER POR IGUAL EM TODOS OS BAIRROS DE BELEM. TODO MUNDO COMBINADO PRA EXIGIR A MESMA COISA NUMA SÓ VOZ!



ISSO VAI SER REUNIÃO PRA CÁ REUNIÃO PRA LA EU NÃO TENHO TEMPO PRA ISSO NÃO!



MAS SE A GENTE NÃO SE REUNE COMO É QUE NÓS PODEMOS APRENDER AS COISAS E COMBINAR O QUE FAZER?



TEM QUE TER UM POUCO DE SACRIFÍCIO SEU MESSIAS!



LA' SE VAI MINHA NOVELA. É A ÚNICA DIVERSÃO QUE EU TENHO!



EU VOU ATÉ DEIXAR DE VER ESSA NOVELA A GENTE COMEÇA E DEPOIS NÃO QUER PERDER NENHUM CAPÍTULO!



POIS EU NÃO! VOU CONTINUAR VENDO E QUANDO TIVER REUNIÃO EU PERCO A NOVELA!



E COM TODO O PRAZER, A REUNIÃO É MAIS IMPORTANTE!



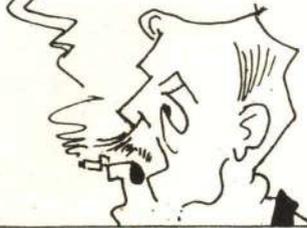
MAS ACONTECE QUE EU NÃO SOU FOLGADO. TRABALHO DE MANHÃ ATÉ DE NOITE E CHEGO EM CASA CANSADO...!



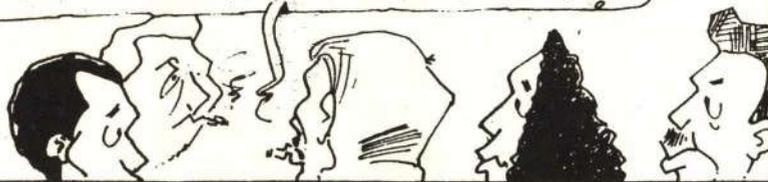
COMO É QUE AINDA
VOU TER TEMPO
DE TÁ EM
REUNIÃO?



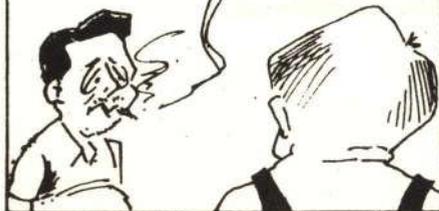
SEU MESSIAS O SENHOR POR
EXEMPLO TEM A SUA MULHER
QUE PODE IR QUANDO O
SENHOR NÃO PUDER!



A MULHER DA GENTE NÃO É SO PRÁ TÁ NA
COZINHA, CUIDAR DE FILHO E DORMIR COM
A GENTE. O SENHOR JÁ TEM FILHO RAPAZ,
CONVERSE COM ELE OU MANDE ELE FALAR
COMIGO. ELE JÁ TEM ENTENDIMENTO PRÁ
ESSAS COISAS. PRÁ TUDO SE DÁ UM JEITO!



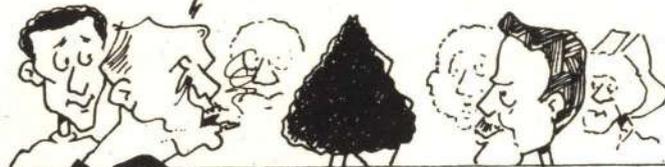
É. O SENHOR
TEM RAZÃO COMPADRE.
EU VOU FAZER O QUE
VOCÊ TÁ DIZENDO!



E COMO É QUE A
GENTE ENCONTRA A
COMISSÃO
DOS BAIRROS?



ELES SE REUNEM TODO SÁBADO, ÀS SETE
E MEIA DA NOITE LA NA IGREJA DE QUELUZ
NA CIPRIANO SANTOS, EM CANUDOS!



ENTÃO NÓS DEVEMOS FAZER UMA REUNIÃO DO
CENTRO, MOSTRAR PRÁ TODO MUNDO O QUE
É A COMISSÃO DOS BAIRROS, ESTUDAR ESSAS
LEIS E ESCOLHER OS REPRESENTANTES
NOSSO PRÁ TODO SÁBADO IR AS REUNIÕES DA
COMISSÃO DOS BAIRROS!



MAS OS NOSSOS
REPRESENTANTES SEMPRE
TÊM QUE CONVERSAR
AQUI CONOSCO...!



QUE É PRÁ SABER O
QUE VAI DIZER LA
E TAMBÉM PRÁ
TRAZER PRÁ NÓS O
RESULTADO DA
COMISSÃO DOS BAIRROS!



É ISSO MESMO. SE NÃO FOR ASSIM NÃO
ADIANTA NADA TER COMISSÃO DE BAIROS!

NA COMISSÃO É QUE A GENTE
VAI FORTALECER A NOSSA LUTA.
É OUTRA COISA IMPORTANTE QUE
OS COMPANHEIROS DEVEM SABER!



COMPANHEIROS VAMOS
LUTAR CONTRA ESSAS LEIS
E EXIGIR A LEGALIZAÇÃO
DOS TERRENO. A TERRA
POR DIREITO É
DE QUEM NELA MORA!



REGIONAL NORTE

Escritório de Belém
Rua Bernal do Couto 1329
66.000 – Belém – PA
(091) 222-0318
Escritório de Abaetetuba
Tv. Pedro Pinheiro Paes, 330
68.440 – Abaetetuba – PA
(091) 751-1181
Escritório de Capanema
Av. Presidente Medici 1992
68700 – Capanema – PA
(091) 821-1716
Escritório de Imperatriz
Rua Godofredo Viana 945
65.900 – Imperatriz – MA
(098) 721-4474
Escritório de São Luís
Rua das Hortas nº 138 sala 28
65.000 – São Luís – MA.
(098) 221-1175
Escritório de Manaus
Av. Senador Alvaro Maia 1239 – Boulevard
69.000 – Manaus – AM
(092) 234-6761

REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife
Rua Cedro nº 52
Casa Amarela
50.000 – Recife – PE
(081) 268-3242
Escritório de Garanhuns
Av. Júlio Brasileiro nº 1152-A
Heliópolis
55.300 – Garanhuns – PE
(081) 761-0747
Escritório de Fortaleza
Rua Professor João Bosco 73
Parque Araxá
60.000 Fortaleza – CE
(085) 223-4056

REGIONAL SUDESTE/SUL

Escritório do Rio de Janeiro
Rua Senador Dantas nº 117 grupo 1518
20.031 – Rio de Janeiro – RJ
(021) 220-7198
Escritório de São Paulo
Rua Loefgren nº 1651 casa 6
Vila Clementino
04.040 – São Paulo – SP
(011) 549-3888
Escritório de Vitória
Rua General Osório, 83/1306
29.000 – Vitória – ES
(027) 223-7436
Escritório de Porto Alegre
Rua Gaspar Martins nº 470
90.000 – Porto Alegre – RS
(0512) 25.0787



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)